



Para não serem esquecid@s

Janine Marta Coelho Rodrigues
Wilson Honorato Aragão
(Orgs.)

**JANINE MARTA COELHO RODRIGUES
WILSON HONORATO ARAGÃO (Orgs.)**

PARA NÃO SEREM ESQUECID@S



PARA NÃO SEREM ESQUECID@S

ISBN 978-85-9559-194-3

EDITORA DO CCTA

JOÃO PESSOA

2019

Ficha catalográfica elaborada na Biblioteca Setorial do CCTA da Universidade Federal da Paraíba

Bibliotecária Susiquine Ricardo Silva – CRB 15/653

P221 Para não serem esquecid@s [recurso eletrônico] / Janine Marta Coelho Rodrigues, Wilson Honorato Aragão, organizadores. - João Pessoa: Editora do CCTA, 2019. 80 p.; E-book.

Recurso digital (1.515KB)

Formato: ePDF

Requisito do Sistema: Adobe Acrobat Reader

ISBN: 978-85-9559-194-3

1. História do Brasil – Estudos biográficos. 2. Brasil – Aspectos históricos, políticos e sociais. I. Rodrigues, Janine Marta Coelho. II. Aragão, Wilson Honorato.

UFPB/BS-CCTA

CDU: 94(81):929

Organizadores

Janine Marta Coelho Rodrigues
Wilson Honorato Aragão

Designer de Capa e Contracapa

Priscila Morgana Galdino dos Santos

Revisão de Português e ABNT

Cynthia Gomes Pinheiro

Sistematização e Diagramação

Arleciane Emilia de Azevêdo Borges

Autores e coautores são responsáveis pela originalidade e pelos princípios éticos dos conteúdos constantes nos capítulos publicados nesse *eBook*.

ORGANIZAÇÃO

JANINE MARTA COELHO RODRIGUES

Pós-doutorado em Psicologia da Educação pela PUC/SP com supervisão de Bernadete Angelina Gatti (2006). Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN (2000). Mestrado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba/UEPB (1992). Professora Titular, Classe E, da UEPB. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Formação Docente (GEPEFD)/UEPB; atuando no Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* em Educação/Mestrado e Doutorado. Foi presidente da Comissão para elaboração e implantação do curso de Graduação em Psicopedagogia, exercendo a função de coordenadora do curso até janeiro de 2010. É presidente da Comissão para implantação do Mestrado Profissional em Psicopedagogia. Elaborou e coordena, desde 2001, o Projeto de Extensão Atendimento a criança hospitalizada; desde 2009, o Projeto de Pesquisa PIBIC, a formação docente frente à diversidade: a escolarização dos ciganos como espaço de construção da cidadania desde 2009. Desde 2016, coordena o projeto: a avaliação de situação de docentes doutores, CPA/Comissão Permanente de Avaliação/UEPB. Elaborou e coordena, desde 2019, o projeto Presença da Universidade no seu Município A criança circense. Integra o Comitê Editorial da FURNE. É Consultora *Ad Hoc* da Editora Universitária. Consultora *Ad Hoc* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Representante do DHP no Colegiado do Curso de Educação Artística - UEPB. Consultora parecerista da revista SODEBRAS. Consultora parecerista da Revista UNIMAT. Membro da Comissão de Promoção da Identidade Racial e Religiosa da OAB/PB. Membro e relatora da Comissão de Diversidade e Direitos Humanos do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação. Membro do Conselho da Escola Superior de Serviço Público - ESPEP. Atualmente é professora da linha de Políticas Públicas e Educativas do curso à distância da Escola de Gestores; professora do Estágio Curricular Fundamentos I do Curso de Pedagogia a Distância EAD; professora convidada do Mestrado Profissionalizante em Gestão de Organização de Aprendizes - MPMGOA/UEPB. Vice-coordenadora da linha de Pesquisa Políticas Educacionais PPGE/UEPB. Tem se dedicado a pesquisas sobre formação e profissionalização docente, diversidade, educação especial, dificuldades de aprendizagem, atendimento psicopedagógico e processos formativos.

WILSON HONORATO ARAGÃO

Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2002). Mestrado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (1994). Graduação em Licenciatura Plena em Educação Física pela Universidade Federal da Paraíba (1980). Foi coordenador da Escola de Gestores/MEC e vice-diretor do Centro de Educação (2009-2012). Diretor do Centro de Educação/UEPB (2012-2016) e reeleito para o segundo mandato (2016-2019). Atualmente, é Professor Titular da Universidade Federal da Paraíba (2018). Líder do grupo de pesquisa Exclusão, Inclusão e Diversidade. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Políticas Públicas, Políticas de Ações Afirmativas, Movimentos Sociais, atuando nos seguintes temas: Educação, Mercado de Trabalho, Política de Formação de Professores, Gestão Educacional, Educação a Distância, Educação Física e História e Cultura Afro-brasileira.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	08
CAPÍTULO 1 – ZUMBI DOS PALMARES: uma história de subversão e resistência do século XVII que continua até os dias atuais	09
<i>Arleciane Emilia de Azevêdo Borges</i> <i>Laiane Pereira de Amorim</i>	
CAPÍTULO 2 – DANDARA DOS PALMARES: um anonimato que denuncia o machismo e o racismo brasileiro	15
<i>Maria Kamylla e Silva Xavier de Almeida</i>	
CAPÍTULO 3 – AQUALTUNE E O LEGADO DA MULHER NEGRA	21
<i>Francisca Natália da Silva Ramos</i> <i>Francisca Pereira Lopes Zenaide</i>	
CAPÍTULO 4 – A RAINHA TERESA DE BENGUELA	25
<i>Johnny Carlos Alves</i> <i>Rayane Pereira Santos</i>	
CAPÍTULO 5 – ANTÔNIO CONSELHEIRO: do enfrentamento ao heroísmo	30
<i>Júnio Souza dos Santos</i> <i>Maria Mônica de Lira Souza</i>	
CAPÍTULO 6 – LAMPIÃO E O CANGAÇO DO NORDESTE	36
<i>Débora Michele Sales de Lima</i> <i>Lindemberg de Paiva Bronzeado</i> <i>Mirtes Aparecida Almeida Sousa</i>	

CAPÍTULO 7 – APRECIANDO AS INÚMERAS FACES DE LEOLINDA DALTRO.....	44
<i>Isachalem Lima de Souza</i>	
<i>Priscila Morgana Galdino dos Santos</i>	
<i>Stefany Thyene Albuquerque dos Santos</i>	
CAPÍTULO 8 – ANDRÉ REBOUÇAS: abolicionismo e “democracia rural”.....	50
<i>Ivanilda Dantas de Oliveira</i>	
<i>Rosemary Gomes de Oliveira</i>	
CAPÍTULO 9 – ANAÍDE BEIRIZ: uma breve discussão sobre gênero e raça.....	55
<i>Jussara Manuela Santos de Santana</i>	
CAPÍTULO 10 – ANA BATISTA DE JESUS.....	60
<i>Carlos Alberto de Carvalho Andrade</i>	
<i>Vânia Ribeiro de Araújo</i>	
CAPÍTULO 11 – LUTE COMO UMA GAROTA: Elizabeth Teixeira, nome de luta e resistência.....	65
<i>Jessica Kelly Sousa Ferreira</i>	
<i>Saulo José Veloso de Andrade</i>	
CAPÍTULO 12 – LEMBRANÇAS DE MARGARIDA.....	70
<i>Edileuza Ricardo da Silva</i>	
<i>Luana do Nascimento Almeida</i>	
CAPÍTULO 13 – MARIELLE FRANCO.....	76
<i>Alice Maria Santos Ramos</i>	
<i>Rayssa Maria Anselmo de Brito</i>	

APRESENTAÇÃO

O presente livro desenvolve uma temática importante para a comunidade acadêmica: o resgate de vultos que fizeram parte da História do Brasil em diferentes circunstâncias e momentos socioculturais e políticos. A obra se configura como uma homenagem singela para não serem esquecidos...

João Pessoa, setembro de 2019.

Prof.^a PhD Janine Marta Coelho Rodrigues

Professora Titular do Programa de Pós Graduação do Centro de Educação da
Universidade Federal da Paraíba.

CAPÍTULO 1

ZUMBI DOS PALMARES: uma história de subversão e resistência do século XVII que continua até os dias atuais

*Arleciane Emilia de Azevêdo Borges¹
Laiane Pereira de Amorim²*

INTRODUÇÃO

O presente trabalho retrata a historicidade de Zumbi dos Palmares nos contextos histórico, social e político da atualidade, partindo do pressuposto de que há discriminação racial mesmo sendo algo que se perpetua desde 1500 anos atrás até os dias atuais e significando dizer que o período colonial ainda tem suas raízes em pleno século XXI.

Zumbi nasceu em 1655 e foi morto em 1695 pelo capitão da tropa portuguesa Furtado de Mendonça. Através de toda a luta pela defesa do povo e dos seus ideais, sua identidade de homem forte e persistente foi se construindo dentro do Quilombo dos Palmares, localizado na Serra da Barriga, que atualmente faz parte do município de União dos Palmares em Alagoas. Zumbi era um homem de cor negra, que viveu no período da escravidão, sendo catequizado por um padre português aos 7 anos de idade. Quando foi capturado pelos portugueses no quilombo, aos 15 anos, conseguiu fugir e retornar a sua aldeia. Em 1680, com 25 anos de idade, tornou-se líder dessa aldeia, juntando-se a Dandara, outra figura forte frente às lutas pela libertação dos escravos, com quem teve três filhos (VIRTUOUS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, 2019).

Assim, Schwartz (2012) diz que:

Os sujeitos estão constantemente tentando traduzir, interpretar, entender/explicar, compreender o mundo, construindo assim esquemas de interpretação da realidade. Estes esquemas não têm início determinado, vão depender das experiências vivenciadas e se originam por sucessivas diferenciações e articulações com esquemas anteriores (SCWARTZ, 2012, p. 40).

¹UFPB. Email: arleciane.emilia@hotmail.com

²UFPB. Email: laianes2amorim@outlook.com

Nesse sentido, é compreendido que a história de Zumbi dos Palmares se encontra no cenário atual do país como uma busca incessante por justiça social e igualdade de direitos, na aceitação do outro independentemente de cor e de classe social, ou seja, é uma luta contínua que requer paciência e persistência.

As políticas públicas também ganharam destaques ao longo da história por pontuar algumas leis que caracterizam a resistência e a subversão de Palmares, além de demonstrar como acontece a passos lentos a conquista dos negros no país e a disparidade nas diferenças sociais e políticas. Desse modo, faz-se imprescindível discutir sobre a história do Quilombo dos Palmares no período do Brasil Colonial e, assim, refletir a sua importância para a cultura e a identidade do povo brasileiro, pontuando o legado normativo oriundo das lutas pelos direitos sociais.

O presente trabalho busca refletir a importância da população negra para a construção da história do Brasil e retratar como aconteceu essa história de subversão e resistência desde o século XVII até os dias de hoje, demonstrando por meio da conjuntura política, histórica e social como se encontra este cenário. Para tanto, como método de pesquisa qualitativa, utilizou-se aporte bibliográfico, como trabalhos acadêmicos, livros, revistas e documentos oficiais.

A LUTA DE ZUMBI PERMANECE VIVA

Zumbi dos Palmares é considerado um dos principais líderes da história do Brasil, caracterizando-se como símbolo de luta pela resistência contra a escravidão colonial, além de também defender o direito à liberdade de culto e a cultura africana. Assim, por sua relevância histórica, no dia de sua morte comemora-se o Dia Nacional da Consciência Negra (Lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011). Nesse contexto, o ensino transversal sobre a História e Cultura Afro-Brasileira em todas as escolas brasileiras consagrou-se obrigatório por meio da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.

Sendo assim, é perceptível que este ideal de igualdade de direitos está em contínuo processo e que, por muitas vezes, foi preciso se apropriar da subversão e resistência na história política e social do Brasil para que pudesse fortalecer os interesses de emancipação do ser humano de maneira justa e digna para todos, independentemente de cor ou raça. Em suma, o dia 20 de novembro foi datado para enfatizar e comemorar O Dia da Consciência Negra em todo país (PERCÍLIA, 2019).

Considerando a temática da população negra, outra normativa instituída foi o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010) para promover a igualdade de oportunidades, a defesa de direitos e o combate aos atos discriminatórios. Tal diploma legal garante o princípio da dignidade da pessoa humana a todo cidadão brasileiro sem distinções ou condições étnicas, raciais, religiosas, sociais, políticas e econômicas (BRASIL, 2019).

Nos últimos anos, políticas afirmativas foram implementadas, como as cotas para ingresso em universidades e a reserva de vagas em concursos públicos para pretos com o intuito de corrigir desigualdades históricas. Em 2017, o STF reconheceu que a Lei de Cotas (Lei nº 12.990, de 09 de junho de 2014) é constitucional no serviço público federal (20%) (CRAIDE, 2019).

Nessa perspectiva, uma das diretrizes do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) refere-se ao fortalecimento do Estado Democrático de Direito e à construção de uma sociedade justa e igualitária mediante práticas e ações que prezam pela proteção e defesa dos direitos humanos e pela reparação de violações, como as desigualdades sofridas pela população negra em todos os âmbitos sociais (BRASIL, 2007).

Conforme a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), as ações podem ser de três tipos, objetivando: (I) reverter a representação negativa dos negros; (II) promover igualdade de oportunidades; (III) combater o preconceito e o racismo. Tais ações não devem ser vistas, portanto, como privilégios e sim como tentativas de obter condições sociais mais igualitárias, revertendo injustiças que foram acumuladas ao longo de muitos anos (MACHADO, 2019).

De acordo com o Censo Demográfico 2010 do IBGE, os pretos representam 53% da população brasileira. Apenas 12,8% frequentam o nível superior, recebem metade do valor dos rendimentos percebidos pelos brancos, predominam em 69,7% dos casos notificados de violência nos serviços públicos de emergência e ocupam posições inferiores no mercado de trabalho (GOVBR, 2019a; LAMARCA, VETTORE, 2019). Além disso, o Mapa da Violência 2016 menciona que a taxa de homicídios de negros aumentou 9,9% entre 2003 e 2014, apontando que morrem 2,6 vezes mais negros que brancos vitimados por arma de fogo no Brasil (WAISELFISZ, 2019).

É perceptível, então, que essas tentativas de reverter as desigualdades acumuladas ao longo dos anos ainda não obtiveram forças o suficiente para transformar a realidade dos negros no Brasil, que, mesmo tendo avançado em termo de conhecimentos, alguns valores têm se mantido de modo tradicional, impedindo a sociedade de avançar mais, como é o caso da discriminação racial.

Dessa forma, fica claro o preconceito em diversas áreas da sociedade, precisando impulsionar as políticas públicas do governo na conscientização de que o negro também compõe a identidade brasileira, trabalhando em escolas e comunidades a história afro-brasileira como parte do processo que deu continuidade a nossa geração. Sob a perspectiva de um país que se coloca para todos, precisa-se aceitar o outro respeitando diferenças e limitações de cada um, amando e tratando nosso semelhante como a nós mesmos.

As comunidades remanescentes de quilombos consistem em um conceito político-jurídico que expressam um contexto complexo e diversificado, implicando a valorização da memória brasileira e o reconhecimento da dívida histórica e presente que o país possui com a população negra (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2019).

A Fundação Cultural Palmares relata que há aproximadamente 1.209 comunidades quilombolas em 143 áreas já tituladas no Brasil a partir de áreas demarcadas para ajudar, e, assim, manter a tradição e a cultura negra. Os Estados que possuem mais comunidades remanescentes de quilombos são: Bahia, Maranhão, Minas Gerais e Pará. Em contraponto, os quilombolas estão sem expressividade nos seguintes Estados: Acre, Distrito Federal e Roraima (GOVBR, 2019b). Frisa-se que o direito à terra das populações quilombolas caracteriza um processo moroso e burocrático, apesar de ser assegurado pela Carta Magna de 1988, pois demarcar o território representa o resgate e a preservação da cultura e do modo de vida (RODRIGUES, PASSOS, 2019).

Apesar da permanência das desigualdades, as demandas da população negra e a exclusão social começaram a compor as pautas das políticas públicas de forma mais assídua, tornando-se nítida a propagação de discursos afirmativos que colaboram para a conquista da inclusão do negro na sociedade como um ser humano digno de ser respeitado e importante para o reconhecimento da identidade do povo brasileiro.

Por fim, a luta por igualdade de direitos continua no século XXI, notadamente o direito de cidadania, respaldado pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que é inerente a todos os indivíduos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, foram observados aspectos históricos do Brasil que são símbolos de uma luta incessante até hoje contra a disseminação do preconceito racial, além de expor como os escravos foram tão importantes para a construção do país. Atribui-se a Zumbi dos

Palmares coragem e bravura em lutar pelos seus ideais, afirmando-se enquanto vida que o negro também é gente e faz história, mesmo pagando com sua vida. Ele mostrou-se um líder nato, estrategista e forte e que se importava com o bem comum do seu povo.

Mesmo tardiamente, alguns avanços foram conquistados, como: o Dia da Consciência Negra, o Estatuto da Igualdade Racial, a Lei de Cotas, o ensino transversal sobre a História e Cultura Afro-Brasileira em todas as escolas brasileiras, além do PNEDH em que uma diretriz preza pela reparação de violação dos direitos da população negra. Todavia, a sociedade brasileira ainda é marcada por atitudes discriminatórias e oportunidades socioeconômicas desiguais para seus segmentos populacionais.

Zumbi dos Palmares é lembrado não só pela resistência à escravidão, mas também por defender a liberdade de todos os negros. Sua atitude de manter a resistência é louvável e hoje o Brasil propaga mudanças com leis que preservam dignidade, respeito e igualdade do ser humano sem quaisquer distinções. Assim, uma história ocorrida no século XVII se materializa até a atualidade mediante a garantia de direitos humanos, notadamente para mais de mil comunidades quilombolas existentes em áreas demarcadas brasileiras.

Portanto, é notório que a sociedade permanece na luta pelos direitos iguais por causa da predominância elitista do Brasil, em que o domínio de capital e poder se situa nas mãos de uma pequena parte da população e a massa pobre até agora figura em condições de subordinação, resultando em longos e contínuos processos de resistências sociais com avanços dos povos afrodescendentes no território brasileiro. Isso significa que Zumbi ainda vive em muitos de nós na luta por justiça social para os cidadãos independentemente de cor, raça, etnia ou religião.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.** Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm. Acesso em: 18 mai. 2019.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.** Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007. 76 p.

CRAIDE, S. **STF reconhece validade da Lei de Cotas para negros em concursos públicos.** Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-06/stf-reconhece-validade-da-lei-de-cotas-para-negros-em-concursos-publicos>. Acesso em: 18 mai. 2019.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Informações quilombolas.** Disponível em: http://www.palmares.gov.br/?page_id=52126. Acesso em: 18 mai. 2019.

GOVBR. **Censo 2010 mostra as características da população brasileira.** Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/educacao-e-ciencia/2012/07/censo-2010-mostra-as-diferencas-entre-caracteristicas-gerais-da-populacao-brasileira>. Acesso em: 18 mai. 2019a.

GOVBR. **Dia 20 de novembro é o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra.** Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/11/dia-nacional-de-zumbi-e-da-consciencia-negra-e-comemorado-em-20-de-novembro>. Acesso em: 18 mai. 2019b.

LAMARCA, G.; VETTORE, M. **A nova composição racial brasileira segundo o Censo 2010.** Disponível em: <http://www.dssbr.org/site/2012/01/a-nova-composicao-racial-brasileira-segundo-o-censo-2010/>. Acesso em: 18 mai. 2019.

MACHADO, L. **Zumbi de Palmares e a resistência negra no Brasil.** Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/especiais/educacao/enem/2017/01/03/noticia-especial-enem,836818/zumbi-de-palmares-e-a-resistencia-negra-no-brasil.shtml>. Acesso em: 18 mai. 2019.

PERCÍLIA, E. **Dia da Consciência Negra e o herói chamado Zumbi.** Disponível em <https://www.brasilecola.uol.com.br/sociologia/dia-consciencia-negra-heroi-chamado-zumbi.htm>. Acesso em: 18 mai. 2019.

RODRIGUES, L.; PASSOS, G. **Mapa dos quilombos: a geografia da resistência.** Disponível em: <http://www.etc.com.br/cidadania/2012/11/mapa-dos-quilombos-a-geografia-da-resistencia>. Acesso em: 18 mai. 2019.

SCWARTZ, S. **Alfabetização de jovens e adultos: teoria e prática.** 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

VIRTUOUS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO. **Zumbi dos Palmares.** Disponível em: <https://www.sohistoria.com.br/ef2/culturaafro/>. Acesso em: 18 mai. 2019.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2016: homicídios por armas de fogo no Brasil.** Disponível em: https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf. Acesso em: 18 mai. 2019.

CAPÍTULO 2

DANDARA DOS PALMARES: um anonimato que denuncia o machismo e o racismo brasileiro

Maria Kamylla e Silva Xavier de Almeida³

INTRODUÇÃO

História do Brasil: quem conta um conto esquece um ponto

*A história é que não conta/ sobre a vida de Dandara/
pois além se ser racista/ seu machismo se escancara.⁴*

Resgatar a história de Dandara é um movimento de denúncia e questionamento do machismo e do racismo brasileiros que fazem com que heroínas históricas como ela fiquem quase completamente esquecidas na história brasileira.

As dificuldades imbricadas no resgate da história de Dandara perpassam a escassez de material historiográfico a respeito da participação feminina na história brasileira e especialmente pela ocultação das mulheres negras ao longo da história. A maioria das informações acerca de Dandara dos Palmares são encontradas em sites dos movimentos negros e, mesmo assim, são bastante resumidas. Há ainda controvérsias sobre sua real existência, mas o que a historiografia não supre, a literatura busca resolver. As crenças populares abraçam, recriam e a boca do povo favorece (TINOCO, 2014).

*Quem escreve a história/ lá nos livros registrada/ é a branquitude cega/
do racismo idolatrada/ e pra completar o quadro/ a mulher é rejeitada.*

³UFPB. Email: kamylla.ufrn@gmail.com

⁴Todas as estrofes de cordel presentes no texto são de autoria de Jarid Arraes na obra em cordel Dandara dos Palmares (ARRAES, 2016). A obra faz parte de uma coletânea de 20 cordéis sobre as heroínas negras do Brasil. Disponível em: <http://jaridarraes.iluria.com/index.html>

A escravidão não foi um flagelo aceito passivamente pelos negros como tenta-se maquiari ao longo dos anos, fazendo-nos crer, desde a escola primária, que somente os índios resistiram à escravização e por isso foram quase dizimados. No entanto, a história contada em nossos livros didáticos omite fatos e personagens que protagonizaram importantes movimentos de resistência ao regime escravista posto na época e ainda alimenta a crença de que a suposta benevolência da princesa Isabel foi a responsável pelo fim da escravização de negros no Brasil (MITTELBAACH, 2016).

DANDARA EM PALMARES: RESISTÊNCIA FEMININA

O Quilombo dos Palmares foi o mais importante movimento de resistência à escravatura no período colonial brasileiro. Localizado na Serra da Barriga - território que pertencia a então Capitania de Pernambuco, hoje faz parte do município de União dos Palmares, estado de Alagoas, no Nordeste brasileiro. Palmares resistiu por mais de um século.

Na história de Palmares, as mulheres também foram protagonistas. Seu primeiro grande líder foi líder Ganga-Zumba, filho da guerreira Aqaltune Ezgondidu Mahamud da Silva Santos - uma princesa africana capturada numa batalha entre tribos na Angola e vendida como escrava reprodutora na cidade de Recife, no Brasil, onde era forçada a ter relações sexuais com outros escravos. Aqaltune fugiu no sexto mês de gravidez liderando um grupo de mais de 200 escravos/as. Em Palmares, Aqaltune teve dois filhos, ambos guerreiros, que também entraram para a história: Ganga Zumba (o primeiro grande líder de Palmares) e Ganga Zona. Também teve uma filha, de nome Sabina, mãe de Zumbi dos Palmares, mais tarde reconhecido como o segundo e maior líder do Quilombo dos Palmares (SANTOS, 2016).

*Ninguém sabe onde nasceu/ a Dandara destemida/ no Brasil é mais provável/
pois linhagem reprimida/ foi rança da escravidão/ que multiplicou a lida.*

Dentre outras figuras femininas das falanges palmarinas esteve Dandara dos Palmares, companheira de Zumbi, com quem teve três filhos. Dandara foi uma guerreira negra, símbolo de resistência, que lutou contra o regime escravocrata do século XVII. Não há registros acerca do local de seu nascimento, tampouco da sua ascendência africana. Relatos nos levam a crer que ela nasceu no Brasil e estabeleceu-se no Quilombo dos Palmares ainda menina e que

possivelmente ela pertencia à nação Nagô-jejê, do grupo dos Mahin (CRISTINA, TRISTAN, 2018).

Dandara não era muito apta só aos serviços domésticos da comunidade do Quilombo, plantava como todos, trabalhava na produção da farinha de mandioca, aprendeu a caçar e, quando adulta, também liderava as falanges femininas do exército palmarino sendo uma exímia capoeirista e possuindo habilidades com as armas. Respirava os ideais de liberdade não apenas par os palmarinos, mas para todos os que ainda não eram livres. Conta-se que, sob sua liderança, parte do exército palmarino arrombavam senzalas para libertar os negros escravizados e queimava plantações de cana gerando prejuízos aos senhores de escravos (LEMOS, 2016; SANTANA, 2019).

*Ela nunca aceitou terra/ em troca de paz forjada/ pois a guerra pra Dandara/ era bem
mais desejada/ visto que fazer acordo/ na verdade era cilada.*

Sendo liderança reconhecida no Quilombo, Dandara questionou os termos do tratado de paz assinado por Ganga-Zumba e o governo português, posicionando-se ao lado de Zumbi, contra Ganga-Zumba, seus aliados e o Governo – o tratado oferecia liberdade aos nascidos em Palmares, terras inférteis na região do vale Cucaú e a exigência de que os próximos negros que fugissem para Palmares fossem entregues às forças oficiais do governo português, representado então pela Capitania de Pernambuco. Tais condições foram o estopim que polarizou o povo palmarino e culminou na ascensão da liderança de Zumbi (FONSECA, 1988; HENRIQUE, 2011).

Por 17 anos Zumbi, liderou o Quilombo dos Palmares desenvolvendo estratégias de guerrilha com a prática de ataques surpresa a engenhos e senzalas, libertando escravos e tomando posse de armas, munições e outros suprimentos (FONSECA, 1988). Nesse interim, Dandara liderava as falanges femininas do exército palmarino. As invasões e saques incomodaram tanto os senhores de engenho quanto o governo colonial (HENRIQUE, 2011).

*Um sinal definitivo/ do orgulho que ensinou/ foi a causa de sua morte/
pois Dandara se matou/ se jogou de uma pedreira/ se render não cogitou.*

Palmares tinha nove mocambos abrigando mais de 20 mil pessoas, incluindo índios e brancos marginalizados que se ajuntaram aos negros. Em 06 de fevereiro de 1694, a Cerca Real dos Macacos, “capital” do Quilombo dos Palmares, foi destruída pela expedição do

bandeirante Jorge Velho. Vários escravos foram mortos, outros tantos capturados. Conta-se que Dandara, ao ser encurralada, suicidou-se atirando-se de uma pedreira. Zumbi, apesar de ferido, conseguiu escapar (ARRAES, 2015; HENRIQUE, 2011).

Tendo se refugiado provavelmente na Serra dos Dois Irmãos – atual município de Viçosa no estado de Alagoas – Zumbi foi traído por Antônio Soares e surpreendido num ataque comandado por Furtado de Mendonça em 20 de novembro de 1695. Sua cabeça foi cortada, salgada e levada até Recife para ser exposta em praça pública no Pátio do Carmo, por ordem do governador Caetano de Melo e Castro. Tal exposição visava atemorizar os negros que pretendessem fugir e desmentir a lenda da imortalidade de Zumbi (FONSECA Júnior, 1988).

*Vou estender minha fala/ criticando o Feminismo/ por também não se lembrar/
da luta contra o racismo/ só com norte-americana/ não se derruba o machismo.*

Muitas mulheres negras não conhecem e provavelmente nunca irão conhecer a história de Dandara. Nos livros de História, Literatura, Artes, Poesia... as mulheres negras continuam a não encontrar representação da mesma forma das mulheres brancas. O machista racista “produtor” da cultura na sociedade, parece negar às mulheres negras o direito de encontrar representatividade e inspiração. Mas, “Toda menina negra tem o direito de conhecer a história de Dandara, de se inspirar nela, de resistir e lutar como ela” (LEMOS, 2016, p. 12).

A história de Dandara e de outras mulheres negras é ocultada da história oficial e esquecida pelo próprio movimento feminista negro. Até hoje não se conhece o rosto de Dandara, mas sua luta e ideais são pulsantes.

Aquilo que a historiografia não tem dado conta, a literatura busca suprir. A obra *As lendas de Dandara* de Jarid Arraes (2016) traz dez narrativas sobre a guerreira quilombola que discorrem desde a sua origem, luta, conquistas, poder e resistência.

POR FIM: DANDARA É HEROÍNA DA PÁTRIA

Em 27 de março de 2019, o Senado Federal brasileiro aprovou o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 55/2017, que inscreve o nome de Dandara dos Palmares no Livro dos Heróis da Pátria. A matéria ainda requer sanção presidencial, mas a inscrição do nome de Dandara no Panteão da Pátria é mais que um reconhecimento de uma figura histórica. Significa uma

ruptura, ainda que tímida, na historiografia com viés colonial. É uma razão de fortalecimento da consciência étnica e racial do povo afro-brasileiro.

Resgatar a história de mulheres como Dandara, ainda que em poucas páginas, é perceber, também, como a intersecção de opressões - de gênero, raça e classe social - estão intrinsecamente ligadas à exploração e manutenção do perverso sistema capitalista. Conseguimos compreender um pouco mais sobre a condição de ser mulher e negra num país que escravizou mais de 15 milhões de homens e mulheres por mais de 400 anos.

REFERÊNCIAS

ARRAES, Jarid. **As Lendas de Dandara**. Uma obra independente de Jarid Arraes. Copyright. 2015. Disponível em: <http://www.aslendasdedandara.com.br/>. Acesso em: 21 jul. 2019.

ARRAES, Jarid. **Dandara dos Palmares**. Coletânea 20 cordéis sobre heroínas negras brasileiras. Uma obra independente de Jarid Arraes. Copyright. 2015. Disponível em: <http://www.aslendasdedandara.com.br/>. Acesso em: 21 jul. 2019.

CRISTINA, Odete. TRISTAN, Jenifer. Dandara, Aqualtune e Luiza Mahin: Mulheres negras na luta contra a escravidão no Brasil. In: **Dossiê dia da mulher negra, latina e caribenha**. Esquerda Diário. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/Dandara-Mulheres-negras-na-luta-contra-a-escravidao-no-Brasil>. Acesso em: 21 jul. 2019.

FONSECA Júnior, Eduardo. **Zumbi dos Palmares, a História do Brasil que não foi contada**. Rio de Janeiro: Soc. Yorubana Teológica de Cultura Afro-Brasileira, 1988. 465p.

HENRIQUE, Kleber. **Dandara: A Face Feminina de Palmares**. GELEDÉS – Instituto da Mulher Negra. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/dandara-a-face-feminina-de-palmares/>. Acesso em: 21 jul. 2019.

LE MOS, Amanda dos Santos. **Respeito e valorização à mulher negra**. Dignidade Revista. 2016. Disponível em: <http://periodicos.puc-rio.br/index.php/dignidaderevista/article/view/185/210>. Acesso em: 10 jul. 2019.

SANTANA, Mateus. **Senado aprova Dandara dos Palmares e Luísa Mahin como Heroínas da Pátria**. Fundação Palmares. 2019. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?p=54036>. Acesso em: 10 jul. 2019.

SANTOS, Minnie. **Conheça Aqualtune avó de Zumbi dos Palmares**. Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades. 2016. Disponível em:

<https://www.ceert.org.br/noticias/historia-cultura-arte/12428/conheca-aqualtune-avo-de-zumbi-dos-palmares>. Acesso em: 10 jul. 2019.

TINOCO, Dandara. **Descrita como heroína, Dandara, mulher de Zumbi, tem biografia cercada de incertezas.** O Globo: História. 2014. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/historia/descrita-como-heroina-dandara-mulher-de-zumbi-tem-biografia-cercada-de-incertezas-14567996>. Acesso em: 10 jul. 2019.

CAPÍTULO 3

AQUALTUNE E O LEGADO DA MULHER NEGRA

*Francisca Natália da Silva Ramos⁵
Francisca Pereira Lopes Zenaide⁶*

INTRODUÇÃO

Aqaltune foi uma importante princesa guerreira, filha de um rei do Congo. Participou de diversos combates em vários reinos africanos, chegando a liderar um exército com cerca de 10 mil guerreiros. Durante uma dessas batalhas foi derrotada e aprisionada (SHUMAHER, BRAZIL, 2000).

A história de Aqaltune, seu legado e sua vida, é mais uma das tantas histórias de luta e resistência negligenciada pela tradicional história brasileira. Descritos os acontecimentos e os fatos a partir do ponto de vista dos opressores, durante muito tempo esses exemplos de resistência foram desconsiderados ou negligenciados (LIMA, 2015).

A própria dificuldade em encontrar fontes que falem sobre a figura de Aqaltune retrata essa tentativa de apagamento da história sobre a vida dos que estavam do lado dos oprimidos. Resgatar essas histórias e difundi-las torna-se uma tarefa essencial para a preservação das vivências do povo brasileiro. Falar sobre a vida de uma guerreira mulher e negra dentro de uma sociedade em que a mulher negra é figura marginalizada, torna-se mais importante ainda (LIMA, 2015).

Sobretudo Aqaltune é inspiração, provando que a capacidade de lutar encontra-se na organização e na esperança de dias melhores, o que possibilitou que tantas outras negras e negros escravizados avançassem no processo de libertação. Hoje, na atual conjuntura, o racismo e a discriminação persistem com outras formas de agir e oprimir, mas devem ser combatidos com a mesma força que os ancestrais ensinaram. Este trabalho é fruto da disciplina de Tópicos em Políticas Educacionais: Exclusão, Inclusão e Diversidade, do

⁵UFPB. Email: nataliaramospsi@gmail.com

⁶UFPB. Email: franciszenaide@gmail.com

Programa de Pós-Graduação em Educação. Tem por objetivo retratar a vida de Aqualtune, pontuando a sua importância na luta e resistência da mulher negra.

AQUALTUNE E A RESISTÊNCIA DA MULHER NEGRA

Levada para o porto de Recife, seu aprisionamento tinha por finalidade torná-la uma mulher escravizada reprodutora. Foi vendida ainda grávida para o Porto Calvo, localizado no sul de Pernambuco. Retratando essa chegada da princesa a Recife, os autores Shumaker e Brazil Vital (2000, p. 84) pontuam como ela chegou ao Quilombo dos Palmares,

Chegando ao engenho, ouviu as histórias de resistência negra à escravidão e da estratégia usada por eles de se embrenharem no mato para fugir dos senhores. Um dos focos dessa resistência no Nordeste era o Quilombo dos Palmares, não muito distante de Porto Calvo, onde um agrupamento de centenas de escravos vivam livres. Aqualtune, nos últimos meses de gravidez, organizou sua fuga e de outros escravos de engenho, partindo em busca do Quilombo.

O Quilombo dos Palmares abrigava diversos povoados fortificados, visto que os povos escravizados tentavam organizar o estado negro nas terras que habitavam. O Quilombo também procurava manter os costumes e tradições africanas. A guerreira Aqualtune foi reconhecida como princesa e passou a governar uma das aldeias (SHUMAKER, BRAZIL, 2000).

Não se sabe o dia da morte de Aqualtune, mas segundo o repasse da história oral, ela foi a avó de Zumbi dos Palmares, transferindo para o neto toda a sua história de força e luta. Em 1677 a aldeia de Aqualtune foi queimada pelas expedições coloniais. Os Quilombos continuaram em resistência até serem derrotados pela bandeira do Paulista Jorge Velho, em novembro de 1695 (SHUMAKER, BRAZIL, 2000).

A divulgação e o ensino da história de Aqualtune perpassam por uma dificuldade que só a pouco foi levada a questionamentos. Por quais motivos as escolas não ensinam essas histórias vistas sob a ótica dos oprimidos? Refletindo sobre essa temática, Lima (2015, p. 36) aponta,

O sequestro dos africanos e africanas para serem escravizados no Brasil, tem algumas versões diferentes. Há quem justifica a escravidão com a versão de que os africanos e africanas se vendiam. E há quem conteste a escravidão com a versão de que não era uma condição ser escravo e sim uma obrigação, sendo este um processo de escravização, ou seja, tornar escravo. Independente da versão aplicada na escola quero chamar a atenção em relação ao silêncio em torno do Continente Africano.

Ora, se 51% da população brasileira é descendente de africanos o que justifica o currículo escolar até os dias de hoje, ser capaz de apresentar em seus conteúdos de História o que se passava em Portugal com nomes, sobrenomes, sistema político, cultura e omitir todas essas informações sobre a África?

Pensar a negligência da história de um dos lados dos povos que constituíram o Brasil é apenas um dos sinais de racismo que se apresentam no país. Negligência essa que atinge principalmente mulheres negras.

Pensando sobre a vida das mulheres negras, a autora Julio (2011) traz que elas passam por uma invisibilidade social. Essa invisibilidade é compreendida como o fato da ausência de atribuição de valor ao outro, tornando-o invisível.

A autora ainda fala da cultura do branqueamento que coloca os valores, costume e modo de vida europeus acima dos costumes, valores e modo de vida africanos. Os grupos que fazem parte desse branqueamento acabam impondo sua cultura em detrimento de outros povos.

Corroborando com essa afirmativa, os autores Nova e Santos (2013) afirmam que essa invisibilidade é fruto do processo histórico de formação do povo brasileiro. Esses estigmas e dogmas precisam ser estudados e analisados para a sua superação.

Em relação aos dados brasileiros sobre as condições de vida das mulheres negras, sabe-se que as negras têm menos escolaridade do que as brancas, vivem em condições de trabalhos piores e ganham menos. A ascensão social desse público de mulheres também é uma dificuldade, visto que no imaginário do país a mulher negra deve trabalhar como doméstica ou exibindo seu corpo (NOVA, SANTOS, 2013).

A luta e resistência do povo negro continuam presentes desde a colonização até os dias atuais. As referências de luta em prol do movimento negro na atualidade são personificadas em novas figuras e personalidades, que ainda continuam sendo perseguidas (NOVA, SANTOS, 2013), como foi o caso de Marielle Franco, lutadora do povo pela pauta das minorias, e assassinada pela milícia.

Entender essa questão da sociedade brasileira é entender seus processos de opressões em busca do engajamento na luta e transformação social. A história de Aquilone reflete a luta e força da mulher negra, fortalecendo o legado de resistência da mulher.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho, como resultado concreto da disciplina do Programa de Pós-graduação em Educação, possibilitou um novo olhar sobre diversas figuras que foram fundantes para a história brasileira. Estudá-las perpassa pelo reflexo de quem somos enquanto sociedade, e por quais caminhos continuar seguindo levando esses legados de resistência.

Em meio a tantos exemplos, a iniciativa de estudá-los também se torna um mecanismo de luta e resistência. A memória resgata e tem o potencial de transformar a realidade.

Aqualtune ensinou, sobretudo com seu exemplo de vida, sobre organização e sobrevivência, sobre lutar e continuar lutando, apesar das diversidades.

REFERÊNCIAS

JULIO, Ana Luíza dos Santos. Micropolíticas das Relações Raciais no Brasil: negra resistência. In: STREY, Marlene Neves; PIASON, Aline da Silva; JULIO, Ana Luíza dos Santos (Orgs.). **Vida de mulher: gênero, sexualidade e etnia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

LIMA, Clarissa. **Cor da pele: valorizando as diferenças para as oportunidades serem iguais**. Rio de Janeiro: Editora autografia, 2015.

NOVA, Adeildo Vila. SANTOS, Edjan Alves dos. **Mulheres negras: histórias de resistência, de coragem, de superação e sua difícil trajetória na sociedade brasileira**. Duque de Caxias: Espaço científico livre e projetos editoriais, 2013.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. **Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.

CAPÍTULO 4

A RAINHA TERESA DE BENGUELA

Johnny Carlos Alves⁷
Rayane Pereira Santos⁸

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem o intuito de apresentar um pouco da história de Teresa de Benguela, uma negra guerreira que liderou um Quilombo chamado de Quariterê. Assim como Teresa, muitas mulheres negras marcaram a história do Brasil, lutaram por direitos que são garantidos hoje e por isso seus nomes devem ser lembrados para que não se esqueça da verdadeira história do Brasil que temos hoje.

Muito se sabe sobre a história do Brasil, nas escolas os livros trazem um pouco de conteúdo, como alguns heróis ou heroínas que são lembrados até hoje. Porém, entende-se que os livros não trazem todos os que realmente fizeram parte da história do país, muitos dos que realmente lutaram por liberdade e independência, e que foram até mesmo mártires, mas foram esquecidos e/ou marginalizados. Sabe-se que cada estado possui seus heróis ou heroínas, que suas vidas não são contadas nos livros de história, ou ainda são, na maioria das vezes, esquecidas. Mas as suas lutas e resistência nos proporcionam hoje valores que antes não se tinham, e para termos hoje, foram necessários heróis que a história não destaca.

Destes muitos atores da nossa história, muitos dos esquecidos e marginalizados foram mulheres, que lutaram por direitos e por dignidade de vida, hoje ainda se luta muito por igualdade e garantia de direitos. Diante do exposto, levantamos as seguintes questões: Quem foi Teresa de Benguela? Qual a sua contribuição para a luta das mulheres negras? Qual a sua participação na história do Brasil, que tanto esconde os verdadeiros heróis de sua história?

⁷UFPB. Email: johnnyjpalves@hotmail.com

⁸UFPB. Email: rayane.leif@gmail.com

TERESA DE BENGUELA: RAINHA DO QUILOMBO QUARITERÊ

Teresa de Benguela foi considerada a rainha do seu quilombo. Ela viveu na Capitania de Mato Grosso e liderou um quilombo chamado Quariterê, localizado na capital que na época era denominada Vila Bela da Santíssima Trindade. Foi em sua época que chegaram, no século XVIII, nessa capitania, os primeiros escravos, e como resistência à barbárie que foi a escravidão, as fugas eram persistentes e contínuas, e muitas vezes aconteciam de forma individual ou coletiva (SOUSA, 2011).

Não se sabe ao certo se Teresa nasceu no Brasil ou na África e em que data a mesma nasceu. Registros portugueses apontam que sua origem seria a nação Benguela, cidade que fica em Angola, mas de fato não há um consenso. A origem do quilombo o qual ela liderou, o Quariterê, segundo algumas fontes, antecede à existência da própria Teresa de Benguela, pois o quilombo teria sido fundado na década de 1740 por um líder negro chamado José Piolho, que foi o seu marido. Ainda segundo documentos da época, o Quilombo do Quariterê tinha mais de 100 pessoas, com aproximadamente 79 negros e 30 índios (NUNES, 2017).

Nunes (2017) afirma que pela falta de fontes, torna-se impossível sabermos qual seria mesmo a origem de sua liderança. As duas hipóteses atuais são: 1) Teresa liderou o quilombo logo após a morte de seu esposo José Piolho que foi assassinado; 2) O quilombo foi liderado por Teresa desde sua criação.

Ainda de acordo com essa fonte histórica apresentada por Nunes (2017), Teresa de Benguela governava o quilombo como um parlamento, existindo assim um local próprio para as reuniões semanais com os deputados, além de um conselheiro, seu marido, José Piolho. Seu governo tinha como fortes características a ordem e a disciplina nos afazeres do quilombo, suas ordens eram obedecidas à risca, sem afrontas e sem questionamentos.

Segundo dados do Anais de Vila Bela do ano de 1770 (*apud* NUNES, 2017) Teresa de Benguela aplicava duros castigos como forma de manter a disciplina, entre eles: enforcamento, fratura das pernas e até mesmo chegava a enterrar vivos os moradores do quilombo que tentassem fugir ou desertar, pois era a maneira de manter o quilombo escondido e seguro das inúmeras expedições que buscavam destruir os quilombos e recapturar os escravos.

Nunes (2017) afirma que Teresa de Benguela também usava de estratégias para roubar armas de viajantes ou de cidades vizinhas para se empoderar de armamentos para o quilombo. Também fazia trocas com algumas pessoas da região para adquirir armamentos como mosquetes, espadas e pistolas. E em todas essas missões, a própria Teresa tomava à frente.

Segunda a historiadora, Edir Pina Barros (1989, p. 2-3), o Quilombo do Quariterê divergia da situação de escassez da Vila Bela da Santíssima Trindade, e ela cita: “Tal abundância relacionava-se à forma de apropriação da terra (pelo trabalho), disponibilidade de mão de obra e, sobretudo, trabalho cooperativo e solidariedade social”. No quilombo eram cultivados milho, feijão, mandioca, banana e algodão, este último utilizado na fabricação de tecidos. Além da criação de aves, que também eram comercializadas fora do quilombo, como também os alimentos excedentes. A caça e a pesca também faziam parte da alimentação da população do quilombo. O quilombo ainda dominava a forja, em que se fundiam e modelavam os metais para fabricação de ferramentas.

Assim, de acordo com o de Vila Bela de 1770 (*apud* Nunes, 2017), em 27 de junho partiu a Companhia especificamente montada para atacar o Quilombo do Quariterê. Com isso Teresa liderou o Quilombo de 1730 a 1770 quando foi presa, capturada e morta pelo Estado. A respeito da sua morte também existem duas hipóteses: 1) Foi presa e, por não aceitar, teve que se submeter à escravidão, caiu em profunda depressão e suicidou-se; 2) Foi executada.

Segundo Camilo (2017), o quilombo do Quariterê resistiu até 1795, quando os líderes foram capturados em 1770. Por ficar em local de difícil acesso o quilombo voltou a ser povoado, tendo sua destruição total apenas em 1795.

Rezende (2017) afirma que em 1994, a Escola de Samba Unidos de Viradouro homenageou Teresa de Benguela em um verso do samba-enredo “Teresa de Benguela, uma rainha negra no Pantanal”. Mais uma vez as escolas de samba homenageiam os ícones da história do Brasil que são escondidos, mas que ficaram na memória daqueles que lutam para que esses exemplos de homens e mulheres que lutaram e resistiram não sejam esquecidos.

No dia 2 de junho de 2014 foi sancionada a Lei nº 12.987 que institui o dia 25 de julho como o Dia Nacional de Teresa de Benguela e da Mulher Negra. Até então o Brasil era o único país da América latina em que não se comemorava oficialmente o Dia da Mulher Negra, mesmo tendo em sua história a presença de mulheres negras que tiveram grande participação e significado para o país (BRASIL, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cultura brasileira possui suas raízes na negritude afro-brasileira. Sendo assim, homenagear e celebrar o dia de Teresa de Benguela e o dia da Mulher Negra é algo mais que pertinente para que não nos esqueçamos da importância das mulheres negras na história do

país e de que a nossa cultura tem muito da cultura negra em pratos típicos, danças, músicas, entre outras características que definem a identidade brasileira.

Teresa viveu no Mato Grosso e por lá se espera que sua história seja lembrada como heroína que realmente foi. Além de Teresa, espera-se que cada estado possa lembrar seus grandes guerrilheiros que tanto lutaram por direitos. Vale salientar que toda política pública que garante os direitos a sujeitos marginalizados resulta de luta e de derramamento de sangue.

Da mesma forma de Teresa de Benguela existem muitas mulheres, negras, jovens dentre tantas outras que lutaram por direitos. Infelizmente seus nomes não são lembrados, mas espera-se que nos lugares onde suas lutas aconteceram seus nomes sejam passados de geração em geração para que muitos ou poucos possam saber e perceber que nenhuma luta por direitos é ou se dá em vão.

REFERÊNCIAS

ARRAIES, Jarid. **Cordel:** Teresa de Benguela. Colégio Sagrado Coração de Jesus. Disponível em: [file:///C:/Users/Rayne%20Pereira%20Santo/Downloads/Textos_de_Cordel_-_Lei_Maria_da_Penha_e_Teresa_de_Benguela8%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Rayne%20Pereira%20Santo/Downloads/Textos_de_Cordel_-_Lei_Maria_da_Penha_e_Teresa_de_Benguela8%20(1).pdf). Acesso em: 13 mai. 2019.

BARROS, Edir Pina de. **Quilombos:** Resistência Negra em Mato Grosso. Texto escrito por solicitação de militantes do Grupo de União e Consciência Negra de Mato Grosso, GRUCON/MT, em novembro de 1989.

BRASIL. **Lei Nº 12.987, de 2 de junho de 2014.** Dispõe sobre a criação do Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12987.htm Acesso em: 13 mai. 2019.

BRASIL. **Projeto de Lei Nº 5746/2009 (Senado Federal - Serys Slhessarenko).** Dispõe sobre a criação do “Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra”. Disponível em: https://www.camara.leg.br/internet/plenario/ord_dia/OD%20140414.PDF Acesso em: 13 mai. 2019.

CAMILO, Jane Josefa da Silva. Resistência nos quilombos e terras quilombolas de Mato Grosso. In: **VIII SEAD.** O Político da Análise do Discurso. Contradições, silenciamento, resistência. Recife 12 a 15 set. 2017. Disponível em: http://anaisdosead.com.br/8SEAD/POSTERES/POSTER%20E5_JCamilo.pdf. Acesso em: 13 mai. 2019.

NUNES, Dimalice. **Teresa de Benguela:** A Rainha do Quilombo. Aventuras na história. Série Especial. 2017.

NUNES, Dimalice. **Teresa de Benguela: A Rainha do Quilombo**. Publicado em 8/3/19. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/consciência-negra-teresa-de-benguela.phml>. Acesso em: 13 mai. 2019.

REZENDE, Rafael Otávio Dias. **O Negro nas Narrativas das Escolas de Samba Cariocas: Um estudo de *Kizomba* (1988), *Orfeu* (1998), *Candaces* (2007) e *Angola* (2012)**. Universidade Federal de Juiz de Fora (Dissertação de Mestrado), 2017.

SOUSA, Juliana. **As Mulheres Trabalhadoras em Luta pelos Espaços de Poder no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), 2011.

CAPÍTULO 5

ANTÔNIO CONSELHEIRO: do enfrentamento ao heroísmo

*Júnio Souza dos Santos⁹
Maria Mônica de Lira Souza¹⁰*

INTRODUÇÃO

Quando um acontecimento histórico tem um fim pontual na história, esse acontecimento fica estático em relação ao tempo. Mas quando eventos ou personagens históricos vão além do que seria a conclusão da sua linha histórica para séculos futuros, fica evidente uma força extremamente diferenciada na identidade desse personagem. Assim é a biografia de Antônio Vicente Maciel Mendes, o conselheiro. Quando já se dava por encerrada a sua história em 1897 como um personagem histórico problemático para a República, ele ressurgiu em 2019 como um herói. Em 14 de maio de 2019, é publicada no Diário Oficial da União a Lei Nº 13.829, de 13 de maio de 2019, que inscreve o nome de Antônio Vicente Mendes Maciel, o Antônio Conselheiro, no livro dos heróis e heroínas da pátria.

Buscamos, de forma muito breve, apresentar neste artigo algumas nuances sobre a trajetória de Antônio Conselheiro. Procuramos entender como a conduta de Antônio Conselheiro configurou uma postura de enfrentamento ao poder estatal de sua época e qual a relevância disso para os dias atuais.

Dividimos a trajetória deste trabalho em quatro momentos: a gênese da liberdade, do caos à peregrinação, marcas da fé e compromisso social e, por último, Canudos. Utilizamos os trabalhos de Moniz (1987) e Silva (2001) como referencial teórico na exposição dos diálogos norteadores do nosso trabalho.

⁹UNAVIDA. Email: souza_jun@hotmail.com

¹⁰UFPB. Email: monica22lira@hotmail.com

A GÊNESE DA LIBERDADE

Se o homem é um produto do meio e, tanto um como outro ocorrem historicamente, Vicente Mendes, pai de Antônio conselheiro, decide dar um rumo diferente a sua história: ele se torna comerciante e investe na educação do filho, iniciando um novo direcionamento de vida quando o matricula em um curso destinado ao sacerdócio.

Numa sociedade de iletrados e analfabetos, isso representaria uma mudança de paradigma na família dos Macieis, tão marcada pela violência e o ódio.

A forma como Antônio Vicente foi educado o tornou diferente não apenas na realidade do interior do Ceará, mas na realidade do próprio Brasil, não ficando nem um pouco longe dos meninos privilegiados das elites, que eram destinados à carreira do bacharelado e do sacerdócio. Em meados do século XIX começa a surgir uma nova configuração político-cultural no Brasil Imperial. O letrado ganha uma importância fundamental nessa sociedade; seus dons passam a ser uma maneira de exercer o poder e mando (SILVA, 1971, p. 41).

“O modo pelo qual os homens produzem os seus meios de vida depende, antes de tudo, da natureza dos meios de vida já encontrados e que tem de reproduzir” (MARX, ENGELS, 1984, p. 27).

Que Brasil recepcionou Antônio Vicente Maciel Mendes? Que Brasil o acompanhou? Quais eram as forças de poder atuantes?

As realidades sociais que antecedem seu nascimento o acompanham durante sua infância, e marcam sua história familiar com sangue e dor. As lutas entre os clãs dos Macieis e Araújo ceifaram diversas vidas.

Segundo o escritor João Brígido (1919), que foi amigo de infância de Antônio Conselheiro, “os Macieis eram uma família numerosa de homens válidos, ágeis, inteligentes e bravos, vivendo de vaqueirice e a pequena criação e se envolveram em conflito com os poderosos Araújo, família rica, filiada a outras das mais antigas do norte da província” (BRÍGIDO, 1919, p. 32), marcando fatalmente a história com uma das mais longas e trágicas lutas entre famílias da história do Ceará.

DO CAOS À PEREGRINAÇÃO

Idade adulta, família e profissões: numa época de grandes mudanças, de várias ordens, os impactos das perdas familiares trazem novas responsabilidades a Antônio Conselheiro,

marcando o início da sua vida adulta. A morte do seu pai e, no ano seguinte (1856), a morte da sua madrasta, Francisca Maria das Graças, obriga-o a assumir o comércio herdado (SILVA, 2001).

O comércio vai à falência. Ele se instala numa fazenda chamada Tigre na cidade de Madalena - CE e exerce a atividade de professor, ensinando Português, Latim e Francês. Em seguida, vai para a cidade de Tamboril - CE e nela exerce a atividade de advogado prático, ajudando aos mais pobres em pequenas causas. Segue para a cidade de Campo Grande, distrito de Guaraciaba do Norte - CE, onde tem dois filhos com sua esposa Brasilina. Muda-se para Ipu - CE. Aponta-se o ano de 1861 como a data do final do seu casamento quando descobre a traição da sua esposa Brasilina com um suposto sargento. Depois desse fato, ele segue para a cidade de Santa Quitéria - CE e lá encontra uma mulher conhecida por Joana Imaginária. Vive com ela por dois anos e tem um filho, Joaquim Aprígio. Conta-se que ela exercia atividade de esculpir imagens de santos em barro e madeira e também atuava como rezadeira, características que lhe renderam a atribuição de mística. Por fim, Antônio Maciel volta a Quixeramobim - CE (SILVA, 2001).

Em 1865, parte novamente. Trabalhando como negociante de varejos, percorre os povoados da região, e de 1869 a 1871, fixa-se em Várzea da Pedra, insistindo com os negócios, mas os fracassos comerciais e a provável influência do padre Ibiapina: que ganhou notoriedade no sertão nordestino após abandonar a carreira jurídica para se dedicar ao sacerdócio e as práticas solidárias resultando em Organizou missões, construiu capelas, igrejas, açudes, cacimbas, poços, cemitérios, hospitais e chegou a fundar mais de vinte Casas de Caridade para moças órfãs carentes, onde elas recebiam educação religiosa e moral, aprendiam a ler, escrever e trabalhos domésticos, além de terem assistência à saúde. Tais acontecimentos na vida do padre Ibiapina corroboram para que Antônio Conselheiro inicie uma nova fase de sua vida, peregrinando por todo o Nordeste (SILVA, 2001).

O BEATO, PEREGRINAÇÃO E CANUDOS

Um Brasil de diversas formas de poder, um cenário político-social marcado por várias mudanças e influências: o fim do tráfico de escravos, revoltas nas províncias, a divisão da igreja católica, norte e sul, a seca no Nordeste, impostos, o cangaço, doenças, fome, etc.

Antônio conselheiro foi contemporâneo do padre Ibiapina e do padre Cícero; Ibiapina (1806), Antônio Conselheiro (1830) e Pe. Cícero (1844). As ações desses agentes solidários

serviam de suporte aos pobres e aos sofredos. Isso criou em torno deles uma referência para os que buscavam uma alternativa para lidar com as formas de poder que largavam os sofredos a própria sorte. Desse modo, eles formaram um trio, pertencentes ao mesmo contexto histórico que se destacaram pela atuação solidária no cenário do Nordeste do século XIX (OTTEN, 1990).

A escolha da quebra da lógica: Antônio Conselheiro percebe que as opções em seu mundo são poucas e, dessas poucas, a maior parte possui uma face cruel que era a lógica do domínio sobre o outro, egoísta e devastadora.

Conselheiro percebe uma saída, um contraponto, uma contra lógica: doar sua existência à caridade, resistir ao poder vigente na contramão da opressão, cuidando, servindo. Ele passa algum tempo com padre Ibiapina e aprende sobre algumas formas de se comunicar e se relacionar com os sofredos da sua época (OTTEN, 1990).

MARCAS DA FÉ E COMPROMISSO SOCIAL

Sua vida de peregrinação, sua renúncia aos bens materiais e o rigor moral constroem a imagem de um homem virtuoso, símbolo de um poder que se coloca acima dos homens comuns. Forma-se a figura de um salvador, então, por meio desse símbolo, dessa representação – uma ruptura com o poder secular.

Como líder religioso, constrói uma identidade positiva com a qual os pobres irão incorporar: de excluídos para eleitos, de esquecidos para acolhidos, um povo chamado para uma nova vida. Ele traduz em ações o amor de Cristo. E isso impactava as vidas sedentas não apenas de água, mas de humanidade.

Ao construir igrejas e cemitérios, e educar o povo, ele preenche o espaço de abandono social que o Estado promovera. Ele nutre um sonho e empreende esforços tornando possível a sua concretização na cidade de Belo Monte, conhecida como Canudos (SILVA, 2001).

CANUDOS

Corriam para Canudos os descontentes com o novo regime: pequenos proprietários ameaçados pelos grandes, artesãos, vaqueiros, emigrantes, ex-escravos e numerosos camponeses inconformados com a pobreza e o desamparo. Haveria um local onde todos seriam iguais. Belo Monte era, nesse sentido, um abrigo aos “esbulhados de seus bens, para os que viviam errantes, sem trabalho, sem lar, para os perseguidos

pelos grandes proprietários, pelo fisco, pelas autoridades policiais e políticas” (MONIZ, 1987, p. 43).

Tais afirmações retratam um lugar onde aquela gente sofrida poderia encontrar uma espécie de abrigo onde novas possibilidades surgiriam para reconstruir suas vidas destroçadas.

Os coronéis, latifundiários, políticos e até a própria Igreja, descontentes com a repercussão tida pelo arraial, procuraram um pretexto para se voltarem contra Canudos. Alegando ser este um movimento de restauração monarquista, o governo intensificou a perseguição, mandando tropas para controlar os rebeldes. Apesar de todo o aparato bélico do exército brasileiro, foram necessárias quatro expedições para massacrar o povoado.

A guerra de Canudos significou a luta e resistência das populações marginalizadas do sertão nordestino no final do século XIX. Guiados por homens com uma cosmovisão a frente do seu tempo e sob a liderança revolucionária de Antônio Conselheiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As forças que ocasionaram as mudanças no Brasil no século XIX eram formadas por grupos políticos e econômicos que almejavam construir e garantir uma nação longe das amarras de Portugal sobre pretexto de construir uma autonomia e identidade própria.

A industrialização que iniciava seus passos dava corpo às ideias capitalistas em nosso território. Essas estruturas formavam um conjunto de poder político focado em garantir o desenvolvimento do capital e dos espaços de controle político. Não havia uma agenda de interesses aos cidadãos comuns, pelo contrário, eram excluídos do sistema republicano, sobretudo no Nordeste. A seca, a fome, a violência, o analfabetismo, as pestes e as doenças atingiam a região. Um momento histórico em que não existiam a ONU (Organização das Nações Unidas) nem a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Sendo assim, como enfrentar a República? Como lutar por direitos humanos numa época em que eles não existiam oficialmente como política pública?

Fica evidente, analisando sua trajetória, que Antônio Conselheiro direciona seu olhar, suas energias e habilidades para o povo anônimo, pobre, excluído. E nessa trajetória, evidencia-se o caráter humanitário de Antônio Conselheiro, quando decide empreender esforços para acolhê-los. Apoiado em seus sonhos e na sua fé, ele inaugura, de modo simples, as bases de uma postura humana para garantir condições de cuidados mínimos aos homens de sua época. Nesse sentido, suas atitudes contrariam as forças de poder presentes em seu

contexto. Tais condutas constituem um modo de se contrapor ao Estado, não por ter como objetivo o poder estatal ou econômico, mas para reivindicar o direito a ter direitos.

Antônio Conselheiro fez da utopia uma estrutura real: Canudos. Torna-se o líder de uma cidade referencial para aqueles a quem o Estado havia virado a face. Quando constrói cemitérios, ele busca preencher, com providência, a ausência de dignidade - não havia cemitérios para que familiares pudessem enterrar seus entes queridos vítimas das pestes. Os escravos libertos da posse do senhorio, mas presos ao abandono de uma vida social sem recursos mínimos para garantir a sobrevivência da sua família, Conselheiro os integrava à comunidade de Canudos.

É por essas características, cunhadas na história, que Antônio Conselheiro tem sua biografia revisada, através da publicação no Diário Oficial da União da Lei Nº 13.829, de 13 de maio de 2019, que inscreve o nome de Antônio Vicente Mendes Maciel, o Antônio Conselheiro, no livro dos heróis e heroínas da pátria.

O Estado brasileiro está longe de entender o discurso de Antônio Conselheiro sobre cuidar dos filhos desta pátria, pois, nesse sentido, o país continua negando ou cortando os direitos daqueles que mais necessitam. Este breve trabalho coloca-se como uma provocação para estudos futuros sobre uma República que reconhece tardiamente os seus heróis e que carece de compreensão sobre o real entendimento das suas práticas. Desse modo, enfrentar o Estado não é negar-lhe a identidade ou destruí-lo como estrutura, mas confrontá-lo sobre seus deveres.

REFERÊNCIAS

BRÍGIDO, João. **Ceará (Homens e Fatos)**. Rio de Janeiro: Besnard, 1919.

CHIAVENATO, Júlio José. **As lutas do povo brasileiro: do “descobrimento” a Canudos**. São Paulo: Moderna, 1988.

MONIZ, Edmundo. **Canudos: a guerra social**. 2.ed. Rio de Janeiro: Elo Ed., 1987.

OTTEN, Alexandre H. **Só Deus é grande. A Mensagem Religiosa de Antônio Conselheiro**. (Coleção "Fé e Realidade" - XXX). São Paulo: Edições Loyola, 1990.

SILVA, Rogério Souza. **Antônio Conselheiro: a fronteira entre a civilização e a barbárie**. São Paulo: Annablume, 2001.

CAPÍTULO 6

LAMPIÃO E O CANGAÇO DO NORDESTE

*Débora Michele Sales de Lima*¹¹
*Lindemberg de Paiva Bronzeado*¹²
*Mirtes Aparecida Almeida Sousa*¹³

INTRODUÇÃO

Neste artigo iremos fazer uma breve discussão sobre a história de Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, e a sua atuação como cangaceiro. O cangaço foi um fenômeno ocorrido no Nordeste do Brasil por volta do século XIX e perdurou até o início do século XX, tendo sua gênese em questões sociais e também fundiárias do Nordeste brasileiro.

Com a Proclamação da República, em 1889, diversos problemas sociais e econômicos assolavam o país, sobretudo o Nordeste, com o crescimento da violência, fome e pobreza. O movimento do cangaço adquiriu maior coerência e organização no início do século XX, o qual representou um importante fenômeno social da história brasileira, constituído por indivíduos que não se submetiam à opressão e às injustiças realizadas pelos coronéis e políticos da época (FERRERAS, 2003). A população do sertão nordestino sofria muito com essa situação e as leis existentes não favoreciam os pobres.

Nesse contexto, surgiu o famoso e temido cangaceiro Lampião, que ficou conhecido como o “rei do cangaço” por sua importante atuação no Nordeste que durou aproximadamente 20 anos. Até hoje as narrativas que envolvem os acontecimentos da vida de Lampião são multifacetadas, nas quais, por um lado, ele aparece como bandido perigoso, e por outro, aparece como herói, protetor do povo humilde que morava no sertão.

¹¹UFPB. Email: deboraareia@gmail.com

¹²UFPB. Email: lbronzeado@bol.com.br

¹³UFPB. Email: mirtes222@hotmail.com

O CANGACEIRO LAMPIÃO E SUA ATUAÇÃO NO NORDESTE BRASILEIRO

Virgulino Ferreira da Silva (1897-1938), conhecido como Lampião, nasceu na cidade de Serra Talhada, no sertão de Pernambuco, no dia 07 de julho de 1897, em uma família de lavradores e criadores. Era o terceiro filho de uma família de sete irmãos, sabia ler e escrever (VAINSENER, 2003). Ajudava na pequena fazenda do seu pai cuidando dos animais e também trabalhou como artesão até os 21 anos de idade.

O cangaço atraiu Lampião, por volta de 1917, depois que sua família foi acusada de ter roubado alguns animais da fazenda dos seus vizinhos, a família Saturnino, que era ligada a oligarquia. Depois de certo tempo, os irmãos Ferreira mataram alguns gados do vizinho e foram perseguidos pela polícia. Na fuga, sua mãe não resistiu e a polícia matou seu pai. Virgulino encarregou um irmão de cuidar dos irmãos menores e, com os dois mais velhos, passou a percorrer os estados nordestinos, fazendo justiça com as próprias mãos. Esta é uma das versões mais conhecidas relacionada à entrada de Lampião para o Cangaço, entretanto, por meio de livros, documentários e da história oral encontramos outras versões que relatam os motivos que fizeram Lampião e seus irmãos aderir ao cangaço. A marcante trajetória de Lampião fez com que ele fosse conhecido como “o rei do cangaço”, pois seu reinado foi autêntico e intenso na região Nordeste (MACIEL, 1987).

O bando de Lampião sobreviveu 20 anos, mesmo sendo perseguido por policiais e inimigos em sete estados do Nordeste (VAINSENER, 2003). Com exceção de João, todos os outros irmãos do grande cangaceiro foram mortos antes dele.

Segundo estudos de Alessio (2004, p. 53), “o cangaço é uma forma de banditismo social característica do Nordeste brasileiro, que surgiu entre 1870 e acabou em 1940”. A difícil situação econômica dos municípios nordestinos pode ser considerada um fator determinante para o surgimento do cangaço.

A grande seca de 1877 é o pano de fundo para o surgimento do cangaço. A seca arrasou o Nordeste, criou uma massa de flagelados, além de tumultos em várias regiões: vilas eram invadidas e os saques eram frequentes. O banditismo se revelou uma revolta espontânea contra a situação social. Assaltos a fazendas, sequestros e grandes roubos a comboios e armazéns faziam parte do cenário (HOBBSAWN, 1975).

Nesse sertão desestruturado vários coronéis perderam o poder. No sul do Ceará, no Vale do Cariri, em 1901, os coronéis usaram pela primeira vez, de modo organizado, bandos de sertanejos para impor a ordem social. Dos retirantes que se refugiaram no Vale do Cariri, em busca de proteção do Padre Cícero surgem grupos rebeldes que, além de agirem sob a

vontade dos coronéis, partiram para o crime como forma de sobrevivência e revolta contra as classes dominantes. Lampião e os cangaceiros do seu bando eram cabras muito valentes, destemidos e lutavam pelos objetivos que consideravam importantes na sua época, mesmo agindo com violência em alguns momentos (LUNA, 1963).

Segundo Ribeiro (2011), desde a colonização portuguesa, houve a necessidade de se colocar pessoas (jagunços) para cuidar e proteger as terras que passaram a pertencer a Portugal. O bandidismo rural no Brasil foi gestado desde a época colonial.

O cangaço no Nordeste do Brasil foi um fenômeno social que teve grande importância e impacto nas relações da sociedade. O cangaço nasceu num contexto de opressão, pobreza e sofrimento que o povo nordestino vivenciava, pois a maioria da população não tinha condições dignas de sobrevivência. O governo era negligente e negava o que hoje entendemos como direitos básicos para o exercício da cidadania, como saúde, educação, moradia, entre outros.

De acordo com Facó (1983, p. 83), “o cangaceirismo representava um passo à frente para a emancipação dos pobres do campo. Constituía um exemplo de insubmissão. Era um estímulo às lutas”. Portanto, o cangaço representava uma grande forma de resistência à ordem vigente. No início do século XX havia vários bandos de cangaceiros espalhados por todo o Nordeste. Quem adería ao cangaço sabia que era um caminho sem volta, porque significava a inserção ao mundo do crime e por isso os cangaceiros eram alvo das perseguições do governo.

Na história do cangaço destacamos a atuação de Virgulino Ferreira da Silva, vulgo Lampião, por seu grande potencial de liderança, planejamento e inteligência. Sendo assim,

Lampião projetou-se à frente dos bandos com indiscutível protagonismo. Em torno dele, produziu-se um conjunto de representações marcadamente ambíguas: cruel e justiceiro; “revoltoso” e patriótico; valente e covarde; conservador e inovador. Sua fama, no Brasil e no exterior, consolidou-se na medida em que, sendo perseguido por forças policiais de sete estados da região Nordeste do Brasil, auxiliadas pelos governos da União, conseguia sempre evadir-se (CLEMENTE, 2013, p. 136).

Lampião era temido e atuou nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia por aproximadamente 20 anos. Lampião era uma personalidade conhecida, marcante e ficou conhecido como “O rei do cangaço” por suas fortes características como cangaceiro. Ele era também bem articulado e contava com uma verdadeira rede de “coiteiros” que dava cobertura ao seu bando nas fugas pelo sertão nordestino (CHANDLER, 2003).

O mais interessante é que por um lado, Lampião era considerado por muitos um verdadeiro herói por seus atos de resistência e subversão contra a classe dominante. Ele não era passivo às injustiças que a população do sertão nordestino sofria. O pobre, o sertanejo, o agricultor, o trabalhador não tinham vez nem voz diante dos coronéis e demais poderosos da época que exploravam o povo. As leis não protegiam os homens e mulheres que não eram favorecidos economicamente (CHANDLER, 2003). As regras que imperavam na época eram fruto das alianças entre os políticos e coronéis que controlavam a região e também contribuíam para a condenação do povo a viver sempre na miséria, sem perspectivas de melhorar de vida.

Por outro lado, Lampião era considerado um perigoso bandido que cometia verdadeiras atrocidades por onde passava com o seu bando de cangaceiros, representando assim uma ameaça à população. Ele e o seu bando foram acusados de ter realizado muitos crimes como roubos, assassinatos, estupros e até mesmo destruir casas e propriedades rurais. Por isso, de acordo com Gueiros (1953) foi necessário criar as volantes para combater a atuação dos cangaceiros. As volantes eram forças policiais criadas especificamente para destruir o cangaço no Nordeste (FACÓ, 1983), pois segundo os poderosos da época o cangaço era uma ameaça à ordem vigente já que aterrorizava a população.

É importante destacarmos que de acordo com a dissertação de Mestrado de Dutra (2011), intitulada “Nas trilhas do ‘rei do cangaço’ e de suas representações (1922-1927)”, boa parte das histórias que conhecemos sobre Lampião é fruto da oralidade. Sendo assim, existiam as pessoas que davam depoimentos mencionando Lampião como um homem bom, justo e tranquilo, como também há relatos que mencionam o contrário, indicando que ele era um assassino sem escrúpulos e um criminoso sem limites. Lembramos também que muitas histórias que envolvem Lampião e o seu bando podem não ser verídicas, já que existiam muitos “causos” que envolviam o líder do cangaço. Em relação ao discurso multifacetado que envolve a vida de Lampião, ressaltamos a tese de Ferreira Júnior (2015), intitulada “Serra Talhada X Triunfo: a disputa da memória de Lampião no médio Pajeú pernambucano”, que aborda esse aspecto.

Para ser cangaceiro e acompanhar o bando de Lampião era preciso ter características próprias, ser guerreiro, leal e um verdadeiro “cabra macho”, que segundo Albuquerque Júnior (2008, p. 288): “Ser “cabra macho” requer ser destemido, forte, valente e corajoso”. A vida no cangaço não era fácil, os cangaceiros por serem nômades passavam por muitas privações e desafios ao longo da sua jornada. As refeições e os locais de dormir entre outros aspectos eram incertos para o bando de cangaceiros.

No contexto em que Lampião e o seu bando viviam, nômades do sertão brasileiro, região considerada hostil devido à escassez de água, cuidar da saúde era um ato difícil a ser feito, pois as circunstâncias não favoreciam cuidados médicos ao bando já que o médico nessa época era considerado um deus, filhos de fazendeiros ou políticos que só apareciam mais em época de eleições. Sendo assim, sobravam-lhes a fé e os conhecimentos fitoterápicos passados de geração em geração pelos sertanejos.

A fitoterapia e o uso de plantas medicinais fazem parte da prática da medicina popular, constituindo um conjunto de saberes internalizados nos diversos usuários e praticantes, especialmente pela tradição oral (BRUNING MCR et al., 2012, p. 2). Conhecimentos sobre chás, lambedores, infusões, emplastos, defumadores, pomadas atreladas a rezas, benzeduras, simpatias e orações. Em trabalhos acadêmicos são encontrados “causos” e relatos de ações realizadas pelo bando, mas em especial por Lampião, como é o caso desse ser conhecido como cirurgião, clínico geral, ginecologista, parteiro e dentista do bando.

Não há uma certeza, de fato, de todas essas atribuições fruto de escritas de muitos autores, porém “causos” são contados e despertam a curiosidade dos leitores pela tal forma como são retratados. Eles “praticavam extrações dentárias com pontas de punhais e alicates. Em seguida bochechos de mandacaru e as raspas de juá evitavam o aumento da cárie”, segundo aponta a autora Aglae Lima de Oliveira (1970, p. 131). Elementos como fumo em pó eram utilizados sobre feridas abertas, com o objetivo de evitar infecções secundárias. (ARAÚJO, FERNANDES, 2005, p. 92-93).

No ferimento a bala, aguardente, água oxigenada e pimenta malagueta seca eram introduzidos através do orifício de entrada. Segundo alguns sobreviventes, o tratamento era muito doloroso e mais angustiante do que a própria lesão (ARAÚJO, FERNANDES, 2005, p. 92). Muito ligados à crença local, utilizavam mezinhas, amuletos e rezas para “fechar o corpo” contra os inimigos ou para espantar cobras e animais peçonhentos (OLIVEIRA, 1970, p. 139-145). Contudo, o que podemos perceber com isso é a bravura do homem sertanejo, em especial os cangaceiros representados na figura de Lampião, que utilizavam de maneiras diversas para sobreviver durante suas lutas e fugas.

Devido às difíceis condições de vida dos cangaceiros, durante muito tempo os bandos foram compostos somente por homens. A participação das mulheres no cangaço era extremamente proibida, fator que também reflete a concepção machista que predominava na época.

Entretanto, a entrada da mulher no cangaço foi permitida quando a baiana de personalidade forte Maria Gomes de Oliveira, conhecida como Maria Déa ou como Maria

Bonita, juntou-se ao bando em 1930, sendo a mulher de Lampião a primeira cangaceira. Tal fato abriu precedente para que outras mulheres entrassem no cangaço e acompanhassem seus “maridos” na vida do cangaço. Em 1932, nasceu Maria Expedita de Oliveira Ferreira, fruto da união do casal Lampião e Maria Bonita, entretanto, a criança foi criada por outra família por uma questão de segurança e sobrevivência da menina (OLIVEIRA, 2017).

Ao longo da vida de Lampião no cangaço aconteceram várias batalhas entre o seu bando de cangaceiros e as volantes. Muitos conflitos foram bem sucedidos para os cangaceiros liderados por Lampião que contava com armas potentes. De acordo com Chiavenato (1990), a polícia era a principal fornecedora do material bélico para os cangaceiros por meio do tráfico de armas que acontecia na caatinga. Tal situação revela a existência do tráfico de armas e da corrupção dos oficiais, como também demonstrava a relativa aliança entre o cangaço e o coronelismo.

No entanto, no dia 28 de julho de 1938, ao amanhecer do dia, o bando de Lampião foi atacado no esconderijo de Angicos em Sergipe pela volante comandada pelo tenente João Bezerra da Silva. Na ocasião foram assassinados onze cangaceiros incluindo Lampião, que foi um dos primeiros a morrer, e Maria Bonita (CHANDLER, 2003). Entusiasmados com a vitória, os policiais roubaram as joias e o dinheiro que o bando tinha. Em seguida, as cabeças dos cangaceiros foram decapitadas e expostas pelas forças volantes para servir de lição e inibir a atuação do cangaço na região Nordeste.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Lampião, o rei do cangaço, foi uma personalidade de destaque na história nordestina e até hoje é lembrado por sua coragem, determinação e originalidade. Ele ajudou a perpetuar as ricas narrativas que envolvem o sertão brasileiro. Sem dúvidas nenhuma, foi um legítimo “cabra macho”, valente e subversivo. Lampião criou sua própria “lei”, não se submeteu aos desmandos dos poderosos da sua época, como também liderou com maestria o seu bando, reflexo da sua extraordinária inteligência.

O cangaço tem suas contradições. Por um lado, seus integrantes eram vistos como justiceiros e protetores dos pobres sertanejos das malvadezas dos coronéis. Por outro lado, havia os cangaceiros que atemorizavam populações, invadiam aldeias, roubavam, matavam e estupravam as mulheres.

Portanto, mesmo em meio a versões multifacetadas relacionadas a Lampião e aos cangaceiros, precisamos enfatizar que o cangaço como fenômeno social foi muito representativo para o Nordeste brasileiro nos aspectos históricos, culturais, sociais, políticos e econômicos. O cangaço se tornou mais conhecido e ganhou mais destaque na pessoa de Lampião que até hoje divide a opinião de pesquisadores e da população nordestina por ter sido um símbolo de resistência ou de subversão.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Nos Destinos de Fronteira: história, espaços e identidade regional**. Recife: Bagaço, 2008.

ALESSIO, Renata Lira dos Santos. A representação social da violência na literatura de cordel sobre cangaço. **Psicol. Cienc. Prof.**, Brasília, v. 24, n. 4, dez. 2004.

ARAÚJO, Antônio Amaury Corrêa de; FERNANDES, Leandro Cardoso de. **Lampião, a medicina e o cangaço**. Editora Traço, 2005.

BRUNING, Maria Cecília Ribeiro; MOSEGUI, Gabriela Bittencourt Gonzalez; VIANNA, Cid Manso de Melo. A utilização da fitoterapia e de plantas medicinais em unidades básicas de saúde nos municípios de cascavel e foz do Iguaçu – Paraná: a visão dos profissionais de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 10, p. 2675-2685, 2012.

CHANDLER, Billy Jaynes. **Lampião, o rei dos cangaceiros**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CHIAVENATO, Júlio José. **Cangaço, a força do coronel**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

CLEMENTE, Marcos Edilson de Araújo. Ordem e desordem: Campanhas de repressão ao cangaço e as formas do poder republicano na década de 1920. **História e Perspectivas**, Uberlândia, v. 49, p. 135-174, jul./dez., 2013.

DUTRA, Wescley Rodrigues. **Nas trilhas do “rei do cangaço” e de suas representações (1922-1927)**. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2011.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

FERREIRA JÚNIOR, José. **Serra Talhada X Triunfo: a disputa da memória de Lampião no médio Pajeú pernambucano**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Centro de Humanidades. Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2015.

FERRERAS, Norberto. Bandoleiros, cangaceiros e matreiros: revisão da historiografia sobre o banditismo social na América Latina. **História**, v. 22, n. 2, p. 211-226, 2003.

GUEIROS, Optato. **Lampeão**: memórias de um oficial ex-comandante de forças volantes. São Paulo: Casa Livro Azul-Campinas, 1953.

HOBBSAWN, Eric John. **Bandidos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.

LUNA, Luiz. **Lampião e seus cabras**. Rio de Janeiro: Ed. Leitura, 1963.

MACIEL, Frederico Bezerra. **Lampião, seu tempo e seu reinado**. Petrópolis: Vozes, 1987.

OLIVEIRA, Aglae Lima de (1982). **Lampião, Cangaço e Nordeste**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora O Cruzeiro, 1970.

OLIVEIRA, Franci Mary Carvalho. Expedita de Oliveira Ferreira Nunes. In: **Blog do Mendes & Mendes**. Mossoró/RN, abr., 2017. Disponível em: <http://blogdomendesemendes.blogspot.com/2017/04/expedita-de-oliveira-ferreira-nunes.html>. Acesso em: 29 abr. 2019.

RIBEIRO, Arnor da Silva. **Mundos de Silvino Jacques**: terra, banditismo rural, poder e sociedade na Fronteira Oeste do Brasil (1929-1939). Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

VAINSENER, Semira Adler. **Lampião (Virgulino Ferreira da Silva)**. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2003. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar>. Acesso em: 24 abr. 2019.

CAPÍTULO 7

APRECIANDO AS INÚMERAS FACES DE LEOLINDA DALTRO

*Isachalem Lima de Souza*¹⁴
*Priscila Morgana Galdino dos Santos*¹⁵
*Stefany Thyene Albuquerque dos Santos*¹⁶

INTRODUÇÃO

O atual cenário político permite verificar a maior atuação das mulheres, desde o direito de votar até seu direito de se candidatar, alcançando cargos históricos como o da Presidência da República, algo jamais imaginável na história do Brasil, de acordo com Tatau Godinho (2016) apresentar a produção das mulheres é sempre um exercício de ressignificação, de compreensão das lacunas do registro de sua produção, de garimpar sua presença em áreas não pensadas previamente, de redimensionar sua contribuição para cada área do conhecimento.

Outro ponto de destaque são as mudanças na sociedade indígena antes vista como nativos rebeldes que ou eram catequizados ou mortos sem direito algum, mas que com o passar do tempo, mesmo enfrentando muitos desafios, passaram a lutar por seus direitos e já adquiriram várias conquistas.

Nesse contexto, surge a necessidade de compreender como se deu o início de tais mudanças, as causas e sujeitos envolvidos em tamanha façanha, desbravando caminhos de luta jamais percorridos, e as principais motivações e articulações desses sujeitos que fizeram história. Dessa forma tentamos aqui trilhar um breve caminho à descoberta das faces de uma única mulher LEOLINDA DE FIGUEREDO DALTRO, “a mulher do diabo”.

¹⁴UFPB. Email: isachalem24@gmail.com

¹⁵UFPB. Email: priscila2085@hotmail.com

¹⁶UFPB. Email: stefanythyene@gmail.com

BREVE HISTÓRICO

Em meados do século XX a economia estava voltada para a produção de café e os interesses econômicos pautados nos barões do café, que formavam uma sociedade machista apoiante da exclusão da grande maioria da população na participação política, inclusive mulheres e índios. Aos índios era dada a alternativa de catequização pelos padres missionários ou a morte, uma vez que não eram vistos como cidadãos de direito. Às mulheres restava apenas o trabalho doméstico na maioria das vezes, ou as que tomavam qualquer postura diferente, em relação ao trabalho ou participação social, eram discriminadas ou simplesmente proibidas.

Em meio a esse cenário se destaca Leolinda, nascida na Bahia por volta de 1860, mãe de 5 filhos (sendo 2 do primeiro casamento) e professora, mudou-se para o Rio de Janeiro para acompanhar o segundo marido onde passou boa parte de sua vida até morrer em 1935. Ficou conhecida pela atuação no sufrágio feminista, uma das percussoras do movimento feminista no Brasil. Mas antes de se envolver na luta pelo voto feminino, a professora Leolinda foi uma grande ativista na implantação da educação laica indígena, iniciada com o grupo de índios Xerentes dos antigos sertões de Goiás e atual estado do Tocantins. Fundou a escola de Artes e Profissões Orsina da Fonseca e o partido Republicano Feminino em 1910, além de atuar como editora de jornais em São Paulo e Rio de Janeiro.

LEOLINDA DALTRO: A FACE MULHER, MÃE E PROFESSORA

De acordo com Cunha (2013), Leolinda ou D. Leolinda (como era referida) era uma personagem intrigante e plural. Uma mulher pública que percorria espaços prioritariamente do homem, mulher que circulava na imprensa das duas principais cidades brasileiras. Criticada e ridicularizada na maioria das vezes principalmente por ser uma mulher separada e de ideais fortes, comparada até mesmo à Joana D’Arc pela sua persistência. Tinha formação católica e exercia o magistério, “teve que lidar com as duras críticas da opinião pública, de políticos e de colegas de magistério, que relutavam em aceitar que uma mulher deixasse seu lar e filhos para aventurar-se pelos sertões em companhia de índios e que ousasse retornar e disputar espaço político com os homens” (ROCHA, 2002, p. 4).

Acredita-se que por volta dos 14 anos tenha sido mãe. Casada por duas vezes teve Alcina e Alfredo como frutos do primeiro casamento com Gustavo Pereira de Figueiredo, em

seguida Leobino, Oscar e Aurea do segundo relacionamento com Appolonio de Castilho Daltro que era funcionário da Província da Bahia em Salvador e foi transferido para o Rio de Janeiro, relata Cunha (2014). Muitas vezes teve de se afastar do seu papel de mãe para se dedicar a experiência com os “seus” índios nos sertões de Goiás, experiência essa que lhe rendeu situações de perigo e ameaças de morte. O sentimento maior de tristeza se manifestava na ausência dos filhos, principalmente do mais novo que lhe escrevia cartas descrevendo as saudades e o conforto que recebia daqueles que o cuidavam como o Dr. Horace M. Lane (médico, educador e diretor da escola em que os filhos de Leolinda estudaram até o fim das viagens aos sertões, também o maior incentivador e patrocinador das “missões” como catequista leiga) segundo Cunha (2011).

Como professora teve a atuação pedagógica com características liberais, durante anos atuou em cursos noturnos atendendo alunos que estudavam durante o dia, trabalhou no Matadouro de Santa Cruz, depois no Engenho de Dentro e na Praia Pequena, onde atendia operárias de fábrica de Fósforo Cruzeiro. De acordo com Grigório (2014), a pedagogia de Leolinda já era admirada desde os tempos de império e seu programa educacional para jovens e crianças da cidade incluía aulas de ginástica, formação pra o trabalho e exaltação dos valores nacionais.

A FACE INDIGENISTA

Os contatos de D. Leolinda com o grupo Xerente resultaram na criação de uma associação de proteção aos índios e diversas participações em congressos de várias instituições acadêmicas, nas quais ela defendia uma educação laica voltada para a formação dos índios como cidadãos trabalhadores. Suas propostas eram vistas como uma afronta à catequese religiosa, principalmente aos missionários dos sertões do norte de Goiás os quais ela considerava inimigos. Enfrentou a ausência de apoio político e financeiro para concretizar seu projeto de fundar uma escola na aldeia dos Xerentes, às margens do rio Tocantins.

Com um ideal de currículo educacional com técnicas e formação profissionalizante, e também artes, ciência e literatura fundou a escola de artes e profissões Orsina da Fonseca em 1911, onde mulheres não apenas indígenas recebiam gratuitamente aulas de corte e costura, fabricação de chapéus além de aulas de enfermagem, o que demonstrava a preocupação de Leolinda com a educação feminina que possibilitasse autonomia.

Os alunos indígenas do sexo masculino foram estimulados e escritos como eleitores e participaram de uma eleição para deputados, em 1906, sendo provavelmente os primeiros eleitores índios do Brasil. A todo momento Leolinda era vista circulando pelas ruas do Rio de Janeiro com seus índios vestidos “civilizados” e educados profissionalmente, visitando políticos, governantes, associações científicas e acadêmicas, servindo como modelo para seu projeto educacional (GRIGÓRIO, 2014).

Em sua obra *Da catechese dos índios no Brasil* podemos vivenciar com as palavras da própria Leolinda todas as sensações explícitas em seus relatos das suas diversas atuações, os sentimentos que a motivavam a ir ainda mais longe e as diversidades que quase a fizeram desistir. Sobre isso fica reportado um trecho:

O que fui, o que costumava ser, o que tenho feito, deixo através destas páginas, afirmado pelo testemunho, até mesmo dos meus próprios inimigos. Não pudeste eu exibir provas mais concretas e bastaria o ódio deles para estereotipar a verdade do meu esforço... (DALTRO, 1920, p. 26 *apud* Cunha 2014, p. 37).

DE PROFESSORA E INDIGENISTA Á LUTA PELO VOTO DAS MULHERES

Segundo Grigório (2013), após anos de engajamento pela causa dos índios, de participação em congressos e até mesmo a criação de uma associação de defesa dos índios, Leolinda esperava administrar o SPILT (Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais) mas tal responsabilidade coube ao positivista Coronel Rondon, que não aceitava a nomeação de mulheres a cargos públicos, tal fato incutiu em Leolinda a necessidade de contestação à discriminação da mulher e a favor do voto feminino.

Alegando que a constituição de 1891 não negava o direito das mulheres de votar e incentivada pela luta sufragista das inglesas, Leolinda entrou com requerimento na justiça eleitoral para se alistar como eleitora, de acordo com Grigório (2014) foi a primeira mulher brasileira a fazer este requerimento o qual foi negado pela justiça. Dessa forma restou a D. Leolinda fundar o Partido Republicano Feminino, organizou uma marcha nas ruas do Rio de Janeiro com a participação de 90 mulheres, obteve votos expressivos mas não conseguiu se eleger, fazendo do ano de 1934 sua última investida política. Ainda de acordo com Grigório (2014) perguntada pelo Jornal A Noite (um ano antes de seu falecimento por atropelamento) se havia dada por encerrada sua luta em favor das mulheres, Leolinda respondeu que enquanto pudesse iria lutar pela mulher, pois o feminismo que ela pregava e defendia com enormes

sacrifícios não pregava diretamente a conquista de postos de representação mas o lugar da mulher na sociedade, libertando-se da escravidão e da situação inferior em que viviam.

Nas palavras acima de Leolinda, aos 75 anos, percebemos que ela chegou a alcançar as grandes conquistas do partido feminista como a candidatura e eleição das mulheres a cargos públicos, apesar de receber duras críticas por parte de muitas mulheres da época que não aderiram as suas articulações, o que cabe aqui a reflexão acerca de seu papel como “Propugnadora da mobilização dos humildes e humanização dos selvícolas” (KARAWEJCZYK, 2014, p. 67).

PROPOSIÇÕES FINAIS

Perceber Leolinda Daltro é fazer uma caminhada no passado, refletindo o presente e abraçando o futuro em uma multiplicidade de espaços e indivíduos. A inevitável percepção do papel mediador e articulador de Leolinda nos faz retomar a reflexão da sua importância para as conquistas atuais, reconhecendo sua trajetória indigenista e feminista sufragista como um fio condutor para autonomia de grupos historicamente excluídos da efetiva participação social, política e econômica.

Leolinda surge como um código no qual não pretendemos meramente decodificar mas manter conhecida na memória brasileira toda sua trajetória de lutas e desafios que não minimizaram a força das suas palavras, ao contrário, a tornaram sujeito de inúmeras faces. A famosa “mulher do diabo” deixa o legado de respeito e persistência não apenas as mulheres e índios mas a todos que desejem uma sociedade mais democrática, de consciência crítica de seu papel social e que dê vez a todas as vozes.

REFERÊNCIAS

CUNHA, Paulete Maria. **Leolinda Daltro, a caminhante do futuro**: uma análise de sua trajetória de catequista a feminista (Rio de Janeiro/Goiás-1896-1920). Tese de Doutorado. UNISINOS, 2014.

CUNHA, Paulete Maria: Um “álbum que virou livro: o atestado final da “missão” de Leolinda de Figueiredo Daltro em educar os índios nos sertões do norte de Goiás”. **Revista de História e Estudos Culturais**, Tocantins, Fênix, v. 10, jul./dez., 2013.

GODINHO, Tatau. Mulheres brasileiras: reinventando a vida, a história, a cultura. In: ASSIS, Maria Elisabete Arruda; SANTOS, Taís Valente dos (Orgs.). **Memória feminina: mulheres da história, história de mulheres**. Recife: Editora Massangana, 2016. p. 13.

GRIGÓRIO, Patrícia Costa. **A professora Leolinda Daltro e os missionários: disputas pela catequese indígena em Goiás**. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2013.

GRIGÓRIO, Patrícia Costa. **Professora, indigenista, feminista: as múltiplas faces de Leolinda Daltro**, 5 de fevereiro de 2014. Disponível em: <http://noticiasedocumentosparahistoria.blogspot.com/2014/02/professora-indigenista-feminista-as.html>. Acesso em: 6 jul. 2019.

KARAWEJCZYK, M. Os primórdios do movimento sufragista no Brasil, Estudos Ibero-Americanos, **PUCRS**, v. 40, n. 1, p. 64-84, jan./jun., 2014.

ROCHA, Elaine Pereira. **Entre a pena e a espada: a trajetória de Leolinda Daltro (1859-1935) - patriotismo, indigenismo e feminismo**. 2002. 335f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

CAPÍTULO 8

ANDRÉ REBOUÇAS: abolicionismo e “democracia rural”

*Ivanilda Dantas de Oliveira*¹⁷
*Rosemary Gomes de Oliveira*¹⁸

INTRODUÇÃO

Neste artigo buscamos compreender o movimento abolicionista brasileiro sob o ponto de vista do intelectual André Rebouças, o qual teoriza além da simples libertação, tratando, também, de como poderia ser realizada a inserção dos escravos libertos na sociedade brasileira, tanto do ponto de vista econômico quanto social.

Para tanto, consideramos relevante inicialmente apresentar sua trajetória de vida, ressaltando sua formação intelectual, atuação profissional e protagonismo político. Em seguida, objetivamos analisar as propostas e ações empreendidas por esse pensador no tocante ao fim do modelo escravista.

ANDRÉ REBOUÇAS: BREVE TRAJETÓRIA

André Pinto Rebouças nasceu na cidade de Cachoeira, interior do estado da Bahia, no dia 3 de janeiro de 1838, era filho de um homem de prestígio, o advogado Antônio Pereira Rebouças, cuja mãe era negra, e da escrava alforriada Carolina Pinto Rebouças. Segundo Soares (2013, p. 244-245), “a família de Rebouças representa umas das poucas famílias afro-brasileiras que conseguiram ascender socialmente e penetrar nas classes mais altas. Para conseguir tal feito, a trilha demarcada por critérios assimilacionistas foi essencial”.

Em 1846, muda-se com sua família para o Rio de Janeiro e, em 1854, ingressa no curso de Engenharia da Escola Militar, junto com seu irmão e grande amigo Antônio

¹⁷UFPB. Email: nildamas.dantas@gmail.com

¹⁸UFPB. Email: rosemarygomes110@gmail.com

Rebouças. Ambos concluem o curso preparatório em 1857, e são promovidos a 2º tenente do Corpo de Engenheiros. Na Escola de Aplicação complementam seus estudos, e André torna-se bacharel em Ciências Físicas e Matemática em 1859, obtendo o grau de engenheiro militar no ano seguinte (GASPAR, 2019).

Em 1861, viaja com seu irmão para Europa a fim de dar continuidade aos seus estudos e obtém, conseqüentemente, acesso às mais modernas técnicas para a construção de pontes, estradas e ferrovias. Ao visitarem a França e a Inglaterra tiveram a oportunidade de conhecer, além de instituições de ensino, obras, fábricas, arsenais e portos (GASPAR, 2019).

Em 1865, André Rebouças participou da Guerra do Paraguai na função de engenheiro militar, retornando ao país em 1866 por motivos de saúde. A partir de então assumiu diversos projetos, entre eles, o da criação de novos portos, o da construção de docas para o abastecimento de água da cidade do Rio de Janeiro, da ferrovia Paraná-Mato Grosso (Princesa Isabel), da estrada de ferro da Paraíba (Conde d’Eu) e da Companhia Florestal Paranaense (GASPAR, 2019).

Nos anos de 1880, por ter uma visão progressista e liberal, engajou-se na luta contra a escravidão e, nesse período, escreveu o livro “Agricultura nacional, estudos econômicos: propaganda abolicionista e democrática”, no qual defende a integração do negro na sociedade brasileira por meio da educação técnica e do acesso à propriedade de terra (JUCÁ, 1998).

Após a Proclamação da República, em 1889, André Rebouças decide acompanhar a família real em seu exílio, uma vez que era amigo do Imperador Pedro II e um defensor da Monarquia (SOARES, 2017).

No período de autoexílio, Soares (2017) argumenta que Rebouças aprofunda o autorreconhecimento de sua condição racial, inclusive passa a se denominar do “negro André”, ao mesmo tempo em que aumenta seu sofrimento pelas condições indignas em que vivem os seus descendentes africanos.

No dia 09 de maio de 1898, esse ilustre intelectual e abolicionista brasileiro, idealista da reforma social e democracia rural, atira-se de um penhasco e conclui sua trajetória (JUCÁ, 1998; SOARES, 2017).

A ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA E A DEMOCRACIA RURAL

No Brasil, o processo de abolição do trabalho escravo foi um processo lento, complexo e decorrente de muitas lutas. Primeiramente, importa ressaltar que houve a

resistência pelos próprios escravos a essa condição de aprisionamento, pois conforme explicita Menezes:

Não resistisse cada escravo, individualmente, a sua captura, e não seria necessário pô-lo a ferros, separar os elementos de cada tribo ou etnia de modo a evitar a resistência conjunta através da redução ao estado de incomunicabilidade (dado que falavam diferentes línguas). A redução à imobilidade e a redução ao silêncio, ao lado da ameaça à integridade física com castigos devidamente planejados e hierarquizados, tinham como finalidade evitar, controlar a reação ao aprisionamento e a fuga, individual ou coletiva, do negro prisioneiro (MENEZES, 2009, p. 84).

Apesar dessas estratégias de opressão, a constituição dos quilombos para acolher escravos fugitivos evidenciou a mobilização coletiva dos escravos pela liberdade. Entre eles, teve maior destaque o Quilombo de Palmares, localizado na Serra da Barriga, atual estado de Alagoas, de grande extensão e que foi arena de resistência e lutas contra a escravidão durante 60 anos (MENEZES, 2009).

Assim, é nesse momento histórico conturbado que as tensões advindas de uma pressão crescente para o fim do regime escravocrata, geradas de um nascimento promissor de um modelo econômico capitalista, fundem-se a um pensamento cientificista, pautado em um modelo positivista, que se reflete em teorias bastante difundidas nesse período, tais como, o darwinismo social (JUCÁ, 1998).

Nesse contexto, conforme explicita Jucá (1998), o intelectual André Rebouças contribuiu com suas ideias sobre a abolição e teve uma atuação efetiva no movimento, uma vez que participou do grupo que fundou a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão, elaborou o Manifesto da Confederação Abolicionista, contribuiu na redação da Lei Áurea e escreveu diversos artigos sobre o tema na imprensa nacional. Dessa forma, posicionou-se a favor do movimento abolicionista, taxando, conseqüentemente, a escravidão como uma condição ultrapassada e geradora de injustiças sociais, além de defender a necessidade de pensar-se o abolicionismo em conjunto a políticas sociais e econômicas integradoras.

[...] da Abolição ele foi o maior, não pela ação exterior, ou influência direta sobre o movimento, mas pela força e altura da projeção cerebral, pela rotação vertiginosa de ideias e sensações em torno do eixo consumidor e cadente, que era para ele o sofrimento do escravo (JUCÁ, 2001, p. 69).

Logo, para esse pensador, a libertação do escravo deveria ser acompanhada de uma preparação na estrutura social para abarcar, com sucesso, a entrada dos negros como participantes ativos da nação, sendo a terra, então, a fonte primária para que essa inserção proporcionasse uma nova mão de obra trabalhista, permitindo assim, ao liberto, a alternativa

de produzir para o mercado, contribuindo para o desenvolvimento do Estado. Para tanto, considerava essencial “para os negros emancipados um programa de instrução e educação, de modo a viabilizar a sua inserção social e econômica após a abolição” (JUCÁ, 1998, p. 215).

Em consequência a esses fatores, seria necessária a existência de uma reforma agrária capaz de dividir os latifúndios em pequenas propriedades, além da taxaço de terrenos ociosos, medidas que segundo André Rebouças seriam capazes de estimular uma crescente valorização do trabalhador, apagando, portanto, a associação da escravidão com o trabalho (PESSANHA, 2013).

À vista disso, segundo Soares (2017), torna-se notável a influência dominante que o pensamento europeu exercia na elite pensante brasileira, sendo uma consequência dessa constatação o surgimento da Sociedade de Imigração que se posicionava a favor, por exemplo, de políticas branqueadoras as quais ligavam diretamente a compreensão de evolução social com as superfícies sob as quais se revestem a Europa e seu modelo de dominação, econômico e cultural.

Sob essa perspectiva, não se faz surpreendente que o próprio Rebouças participasse desse movimento, tendo em vista que a própria construção da sua identidade negra evolui ao longo da sua trajetória de vida, refletindo, assim, diretamente na transmissão das suas ideias e ideais, quanto à concepção do negro dentro do ideário de Nação que se encontrava em construção.

O Brasil idealizado, conforme as propostas desse intelectual, erguia-se como uma sociedade composta de homens livres governados por uma monarquia forte, que assumiria o papel de divisão de terra em busca de uma constante evolução econômica-cultural, alicerçada por uma crescente valorização da educação, da organização, perante medidas de cunho higienista, e expansão de políticas branqueadoras responsáveis por trazer o suposto grau evolucionar europeu.

Por fim, importa ressaltar que após a libertação dos escravos não foi concretizado o projeto de um programa educacional e profissional de inserção dos escravos, idealizado por Rebouças, o que lhe causou grande decepção. Os ex-escravos continuaram sendo marginalizados, pois, segundo Jucá (1998, p. 215), foram “impossibilitados de se especializarem em atividades que melhorariam suas vidas de acordo com um novo *status* que teoricamente lhes seria conferido pela liberdade”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, perante tanto a trajetória como indivíduo negro imerso, ainda que pertencente a uma camada mais abastada, em uma sociedade predominantemente racista, quanto pensador abolicionista, é notável a importância que André Rebouças exerceu no meio intelectual brasileiro, tendo em vista que o núcleo teórico de suas propostas possuem ideais pautados no desenvolvimento educacional e na necessidade de uma reforma agrária em vias de possibilitar uma sociedade mais igualitária e com menos índices de pobreza.

Nesse sentido, pensava o movimento abolicionista para além de uma simples medida liberativa dos grilhões da escravidão, mas sim, como um processo que deveria ser acompanhado de um projeto cuja inserção dos negros em uma Nação inspirava-se no modelo europeu de progresso, sendo a denominada democracia rural o cerne principal das suas propostas.

REFERÊNCIAS

GASPAR, Lúcia. **André Rebouças**. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/undefined/pesquisaescolar>. Acesso em: 05 ago. 2019.

JUCÁ, Joselice. A questão abolicionista na visão de André Rebouças. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v. 4, n. 2, p. 207-218, jul./dez., 1988.

JUCÁ, Joselice. **André Rebouças: reforma & utopia no contexto do segundo império: quem possui a terra possui o homem**. Rio de Janeiro: Odebrecht, 2001.

MENEZES, Jaci Maria Ferraz de. Abolição no Brasil: a construção da liberdade. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 36, p. 83-104, dez., 2009.

PESSANHA, Andréa Santos. Pela palavra e pela imprensa: André Rebouças e propostas sociais para o Brasil do final do XIX. **Anais do XXXVII Simpósio Nacional de História - Conhecimento histórico e diálogo social**. Natal/RN, 2013.

SOARES, Ana Maria Pequeno. “O Negro André”: a questão racial na vida e no pensamento do abolicionista André Rebouças. **PLURAL, Revista do Programa de Pós -Graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 242-269, 2017.

CAPÍTULO 9

ANAÍDE BEIRIZ: uma breve discussão sobre gênero e raça

Jussara Manuela Santos de Santana¹⁹

INTRODUÇÃO

No Brasil, os estudos sobre a mulher e as teorias feministas são perceptíveis no cenário social e político a partir da década de 1970. A progressiva inserção no mercado de trabalho, assim como maior participação no ensino superior e, conseqüentemente, na economia do país, proporciona sua projeção e visibilidade social, no decorrer dessa década, marcada por mudanças na estrutura socioeconômica e cultural da sociedade brasileira.

Ao debater sobre a concepção e a formação dos movimentos feministas no Brasil, Ferreira (2006, p. 27) diz que: “Os primeiros passos do movimento feminista no Brasil resgatam a imagem de Nísia Floresta, uma das maiores representantes do século XIX, pelo acesso das mulheres à educação e ao sufrágio”.

A partir das primeiras inserções das mulheres como professoras primárias, ocorreu certa “feminização do magistério”, o que conferiu *status* a mulher na sociedade brasileira. Porém esse prestígio estava relacionado de modo especial às mulheres de origem abastada que tinham o apoio da família e que iniciavam seus estudos no exterior, nos países da Europa ou nos Estados Unidos, de modo que a formação e a consolidação do movimento feminista no Brasil foram fortemente influenciadas pelas ideias das feministas europeias e norte-americanas e essas foram decisivas nas discussões sobre a temática mulher na sociedade brasileira, tomadas inclusive como modelo para as feministas brasileiras no tocante a sua organização e mobilização.

¹⁹UFPB. Email: jmanuela@homail.com

DISCUTINDO GÊNERO

As últimas décadas do século XX são marcadas por mudanças socioeconômicas na sociedade brasileira, o fim da ditadura militar, a maior inserção da mulher no mercado de trabalho, a participação dos movimentos sociais em favor de políticas específicas para atender essa minoria, no decorrente combatendo o processo de exclusão social, que se expressa mais claramente na população negra do Brasil.

Conforme os estudos de Scott (1991), a adoção dessa nova abordagem dos estudos do feminino poderia ser chamada de procura de uma legitimidade acadêmica para os estudos feministas dos anos 80. Sendo assim, essa nova forma de estudar o feminino traz novidade para o estudo das ciências sociais, sendo atribuída a categoria gênero uma característica relacional que permite a descoberta do outro.

GÊNERO E RAÇA

De acordo com as pesquisadoras Azerêdo (1994), Carneiro (1995) e Caldwell (2000), apesar dos estudos já estabelecidos nos debates sobre a temática de gênero no Brasil, as feministas brancas não incorporaram na maior parte dos estudos de gênero a questão da raça em suas pesquisas, levando as teorias feministas da academia a uma ausência e um silenciamento acerca de questões pertinentes às especificidades das mulheres negras brasileiras; as categorias gênero e etnia, não fazem parte da maioria dos estudos feministas, as questões que envolviam a temática de gênero e raça não tiveram os mesmos impactos dos estudos ocorridos nos Estados Unidos e na Inglaterra, em que as discussões sobre as teorias raciais e feministas estavam mais incorporadas em seus debates.

Samara (1997, p. 14) ao abordar as questões específicas sobre as mulheres negras nos debates sobre o gênero indica a necessidade de “estar atenta às diferenças entre homens e mulheres, entre gênero e raça, entre gênero e classe, entre gênero e cultura [...]”.

Conforme os estudos de Caldwell (2000, p. 94). A autora destaca:

Ao contrário, se e quando o assunto de diferença racial é trabalhado, isso é feito em geral por ativistas ou pesquisadoras negras. Sem contar que o fato de as mulheres negras constituírem uma pequena minoria nas universidades tem dificultado o desenvolvimento da pesquisa acadêmica sobre a mulher negra.

É nesse contexto que, no Brasil, ao fazermos uma breve trajetória dos estudos de gênero, surgem também reivindicações colocadas pelas mulheres negras, no que diz respeito à ausência da etnia na maior parte dos estudos sobre a mulher no Brasil e a implicação que esse esquecimento ou falta de atenção causou aos estudos de gênero, pois para as feministas negras a pouca representatividade das pesquisadoras negras dentro da academia leva a uma secundarização do tema, ficando a maior parte das pesquisas realizadas no país ao encargo de ativistas negras envolvidas nos movimentos feministas e negro.

ANAÍDE BEIRIZ

Nesse sentido, percebi a necessidade de fazer uma breve reflexão e tecer algumas considerações a respeito da vida desses sujeitos sociais, ora individualizadas por uma segregação “mascarada” socialmente, porém bastante reveladora e semelhante, num cenário machista e institucionalizado como é caso do Brasil e especificamente na Paraíba.

Apresentaremos algumas narrativas que irão, ora se apresentarem únicas e também singulares ao ser colocadas formas de representatividade individuais e coletivas desses sujeitos sociais.

Sendo assim, iremos conhecer um pouco da história de Anaíde Beiriz, uma mulher que nasceu em fevereiro de 1905, na cidade da Parahyba do Norte, atual João Pessoa. Sua mãe se chamava dona Maria Augusta, senhora dedicada à família, que tinha por hábito cultivar flores e fazer boas leituras de poesia, e o seu pai, o senhor José da Costa Beiriz, era tipógrafo em um jornal local, conforme Oliveira (2008, p. 81).

Aos 17 anos, conseguiu diplomar-se no magistério e ingressou como professora na Vila de Pescadores, no município de Cabedelo, onde lecionou a jovens e adultos. De acordo com Joffily (1980, p. 19). Anaíde era considerada uma intelectual, algo não muito convencional naquele período, pois a cidade de João Pessoa em 1920 era patriarcal e a mulher desempenhava os serviços de cuidar do lar.

Apesar de sua genialidade para sua época e da sua postura como formadora de pensamento, pois possuía uma formação social, enquanto mulher e professora, algo bastante recorrente nas mulheres que tiveram a coragem de se posicionar e procurar através do magistério tornar-se visível numa sociedade discriminadora e machista.

Porém seus sonhos foram interrompidos, com sua morte tão precoce, ao falecer. Segundo Joffily (1980, p. 13), com o ato de suicídio.

Ao pesquisarmos a respeito da história da Anaíde Beiriz, percebemos que os respectivos pesquisadores Joffily (1980), Sales (2005), Pinheiro (2008) e Silva (2014) buscaram elucidar sua trajetória de vida e sua participação na formação intelectual de seus alunos, já que, a mesma também desenvolvia atividades culturais em sua cidade natal.

Foi perceptível que esses trabalhos tinham como um dos seus objetivos, dar visibilidade à luta e sua importância como mulher, ao se posicionar aos costumes e hábitos vividos naqueles dias. Pois sua vida e história contribuíram para historiografia da Parahayba.

Segundo os relatos apresentados pelos autores acima citados, o de maior expressividade, foi do seu envolvimento amoroso, com o advogado João Dantas, “seu noivo”. Onde manteve um relacionamento livre para os padrões daquela época, vindo a ser nomeada como amante do João Dantas. O mesmo tinha algumas rixas políticas com o governador da Paraíba naquele período, João Pessoa, que também era candidato à vice-presidência do Brasil, ao concorrer com o candidato Epitácio Pessoa. Segundo Joffily (1980, p. 13), “O que faltava em João Dantas, florescia em Anayde; o que faltava à Anayde transparecia em João Dantas. Ele, introspectivo, calado, taciturno; ela jovial, arrojada, cintilante”.

Por inúmeras vezes, os relatos a respeito da vida de Anaíde Beiriz, descrevem essa jovem como uma pessoa ousada, intelectual e não aceitava as injustiças sociais e as regras estabelecidas numa sociedade elitista, herdada pelo colonialismo existente e dos traços da oligarquia da Paraíba, segundo Joffily (1980, p. 22-23). Não conseguiu deter facilmente a vivacidade empreendida pela professora Anaíde Beiriz.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com as pesquisas e os estudos que relatam alguns episódios da história de Anaíde Beiriz, percebemos como sua vida foi marcada por lutas e grandes desafios, ao viver num período histórico, no qual, as mulheres não possuíam nenhuma ou pouca visibilidade, enquanto sujeitos sociais ativos numa sociedade machista e patriarcal.

Ao trazer para o debate a relação íntima existente entre gênero e raça, enseja-se a oportunidade para se compreender o porquê da resistência por parte da classe elitista brasileira em sustentar a democracia racial, na tentativa de perpetuar as mesmas práticas de manter em silêncio as vozes daqueles que sentem na pele o desprestígio por não pertencer à etnia “branca” do país e as consequências vividas no cotidiano de todas nós, mulheres negras do Brasil.

A discriminação e o preconceito estão presentes tanto na omissão do estado, quanto na sociedade, que busca esconder ou mascarar essa realidade. Porém, quando observarmos os dados que retratam os níveis de desigualdade social no Brasil, percebemos que essa é mais expressiva entre a população negra, se comparada à branca e à parda, vindo a comprometer a reprodução física, moral e social desse segmento populacional.

REFERÊNCIAS

AZERÊDO, Sandra. Teorizando sobre gênero e relações raciais: In: **Estudos feministas**. CIE/ECO/UFRJ, n. especial, 2 semestre, p. 203-216, 1994.

BRUSCHINI, Cristina. Estrutura Familiar e Trabalho na Grande São Paulo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, v. 72, p. 39-57, fev., 1990.

CARNEIRO, Sueli. Gênero, raça e ascensão social. In: **Estudos feministas: dossiê mulheres negras**. v. 3, n. 2, Rio de Janeiro: IFCS/URRJ, 1995, p. 544-552.

JOFFLIY, José. Anayde Beiriz. **Paixão e morte na revolução de 30**. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas (CBAG), 1980.

PINHEIRO, M. de Oliveira. **Anayde Beiriz e a escrita em si: educação, história e relação de gênero**. (Dissertação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2008.

SALES, Ana Maria Coutinho. **Tecendo fios da liberdade: escritoras e professoras paraibanas do século XX**. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco. CAC. Letras, 2005.

SILVA, Josefa Dionísio. **Esquecida ou negligenciada: o arquivo pessoal de Anayde Beiriz**. (Monografia). Universidade Estadual da Paraíba. UEPB, 2014.

CAPÍTULO 10

ANA BATISTA DE JESUS

*Carlos Alberto de Carvalho Andrade*²⁰
*Vânia Ribeiro de Araújo*²¹

INTRODUÇÃO

Em meio a uma sociedade que impunha um papel social muito específico para as mulheres, a entrada das mesmas em um movimento que já era por si só subversivo à ordem se mostrou um ato de coragem e resistência a diversos padrões de gênero. As mulheres eram interioranas comuns, que viviam em sítios, valados, quilombos e eram atraídas muitas vezes pela possibilidade de mudar seu destino, rompendo com a proposta de um casamento arranjado, da domesticidade, do papel exercido nas famílias e até da religiosidade. Muitas aprendiam a ler e escrever, por exemplo, atividade pouco comum para mulheres na época. Ao longo do desenvolvimento da sociedade moderna, ao se darem conta da exploração e opressão a que estavam sendo submetidas, as mulheres foram levadas, gradativamente, à subversão.

Como consequência, avançaram nas suas lutas políticas e na conquista de direitos. No período histórico dos séculos XVIII e XIX, muitos acontecimentos contribuíram para impulsionar esse caminho. Assim, numa lógica que intensifica a condição de inferioridade à qual a mulher já vinha sendo submetida, ela passa a ser um importante objeto de interesse da burguesia, que por ser ávida em acumular riqueza, irá impor o pagamento de salários inferiores aos do homem e jornadas de trabalho excessivas e insalubres, favorecendo uma exploração e opressão ainda maiores (COSTA, SARDENBERG, 2008). Nesse viés, o movimento feminista, na sua multiplicidade de relações, constrói articulações, amplia-se e se corporifica não de modo isolado e alienado, mas dentro de um contexto mundial.

Dentro dessa perspectiva, este artigo se propõe a percorrer a trajetória histórica por onde transitaram as dinâmicas políticas de resistência e subversão de Ana Batista de Jesus

²⁰UFPB. Email: andradecolele@hotmail.com

²¹UFPB. Email: vaniaic2016@gmail.com

(Santana), vulto que, por sua militante vida, tornou-se exemplo de mobilização e luta pelo reconhecimento e respeito aos direitos humanos no Brasil.

RESISTÊNCIA E SUBVERSÃO

Ana Batista de Jesus, conhecida como Santana, nasceu em 1893, filha de José M. F. de Alencar e de Efigênia. Casada com o lavrador, sanfoneiro e consertador de sanfona, Januário José dos Santos (Seu Januário). Seu marido Januário “tinha duas habilidades, pegava no bacamarte e tocava sanfona, para divertir a cabroeira nos dias de sábado e domingo” (TRIBUNA PARLAMENTAR, 2012). Conseqüentemente, também foi o primeiro instrumento do Rei do Baião. Seu Januário, pai de Luiz Gonzaga, Rei do Baião, serviu de referência para o filho que passou a tocar e cantar. Em 1920, quando contava com apenas oito anos de idade, Gonzaga adquiriu sua primeira sanfona, um fole de oito baixos da marca alemã Koch. Portanto, embora esse instrumento tenha se difundido por toda a região Nordeste, foi mais precisamente na Fazenda Caiçara, no sopé da Serra do Araripe, em Pernambuco, que o fole de oito baixos entraria definitivamente para a história da música nordestina.

O velho Januário não era apenas um afamado sanfoneiro, também sendo reconhecido como um requisitado afinador de sanfonas. Então, durante a sua infância e adolescência, o menino Gonzaga cresceu entre os pequenos foles de oito baixos e seus intrincados sistemas de botões. Luiz Gonzaga descreve em suas memórias que se “aproveitava das velhas harmônicas” que seu pai consertava, e, aos poucos, já era capaz de tocar “qualquer marca, qualquer tipo, fosse simples, si bemol ou semitonada” Forró Sanfona de 8 baixos.

E Santana, ou Ana Batista, mulher secular, além de vendedora em feira livre (mangaio/cordas), trabalhava na roça, boa rezadeira de novenas e cantadeira de benditos, inclusive cantava em latim. Expressava preocupação ao perceber que o seu segundo filho, entre os nove filhos que teve, seguisse a carreira de músico sanfoneiro como o seu pai para não se perder no sertão. Relutou em concordar com que o filho fosse sanfoneiro inserido num contexto de tocador e cantador de terreiro, chegou a dizer que interferir ou não na vida do filho era assunto dos homens, mas que terminou por aceitar. Quando o seu filho ganhou o primeiro dinheiro (2 mil réis) trabalhando com seu pai, substituindo-o nos intervalos das festas, ela percebe o quanto ele já estava ajudando nas despesas (GONZAGÃO ONLINE, 2019).

Privilegiada em ver o seu filho Luiz Gonzaga, o Rei do Baião, também tocando o zabumba, além da sanfona, chegou a cantar com ela os benditos e lhe ofereceu em uma das suas composições, uma música por tema Mazurca. Em um dado momento da sua história, põe-se como opressora do seu filho, quando aos 17 anos começa a namorar uma jovem chamada Nazarena, filha de um coronel da cidade que não aceitava o relacionamento. A insistência de Luiz Gonzaga em namorar a moça gerou muitas confusões e ela acaba por dar-lhe uma surra que o faz desaparecer e se direcionar ao Crato no Ceará e depois ao Rio de Janeiro, onde fez carreira. Em novembro de 1949, aos 56 anos de idade, Santana é levada, juntamente com sua família, por Luiz Gonzaga para morar no Rio de Janeiro em virtude das guerras entre os coronéis (as famílias Alencar, Sampaio e Saraiva) que ocorriam em Exu. Santana vem falecer em 11 de junho 1960, aos 67 anos de idade, acometida da doença de chagas (TRIBUNA PARLAMENTAR, 2012).

De acordo com a Tribuna Parlamentar (2012), o padre Fábio Mota, 35 anos, mora em Jijoca de Jericoacoara, interior do Ceará. Pesquisador da vida e da obra do Rei do Baião há 10 anos, ele afirmou que “Januário foi a primeira inspiração de Gonzaga, por ser sanfoneiro e consertador de sanfonas”. A mãe do cantor, Ana Batista de Jesus, mais conhecida como Santana, também exerceu influência forte na obra do filho. “Ela cantava nas novenas na igreja e levava as crianças junto. A infância de Gonzaga foi em torno da música.” Segundo o padre Fábio Mota, Januário passou para o filho o que sabia.

“Ele tinha força de vontade, a afinidade com o instrumento e ouvido em relação à música, pois não só consertava as sanfonas, mas também afinava e não era com a tecnologia de hoje. Precisava demonstrar, usava cera de abelha na parte interna, nas lâminas que chegavam ao teclado dos oito baixos” (TRIBUNA PARLAMENTAR, 2012).

Ressalta que “É impossível pensar na magnitude de Gonzaga sem incluir Januário, mas é lógico que se não fosse Gonzaga e Santana, não conhecíamos Januário” (TRIBUNA PARLAMENTAR, 2012).

Nascido em 13 de dezembro de 1912, na fazenda Caiçara, em Exu-Pernambuco, filho do lavrador e sanfoneiro Januário José dos Santos e de Ana Batista de Jesus (mãe Santana), ele sempre foi apaixonado pela música regional e desde pequeno já tirava as primeiras notas no fole de oito baixos do seu pai, ajudando-o em festas religiosas e forrós, normalmente tocando zabumba. O filho de Santana, Luiz Gonzaga, viajou todo o Brasil pelo exército e, após 10 anos, teve baixa e resolveu ficar no Rio de Janeiro, onde decidiu, com uma sanfona branca recém-comprada, tocar em bares, restaurantes e cabarés da Lapa. Fez músicas por

encomenda, boleros, valsas e tangos. Após perceber a carência dos imigrantes nordestinos por sua música regional, começou a tocar, de forma excelente, xaxados, baiões, cocos e chamegos (TRIBUNA PARLAMENTAR, 2012).

A história sempre tentou apagar a enorme resistência das mulheres em suas participações, devido ao olhar racista e machista existente em nossa sociedade. Retomar a vida dessa mulher constituiu um desafio apaixonante, ela resistente de sua época e protagonista no seio da sua comunidade, símbolo de ousadia, fortalecia as relações como parte de força moral e social.

Numa época de muita opressão de gênero, raça e classe social, tempo de coronelismo que de um modo muito contundente está associado ao sistema capitalista, mulheres como Santana se destacavam pela defesa da mulher na sociedade num contexto de suas conquistas, pelos bons relacionamentos familiares. Ela trazia o cântico consigo que de certa forma expressava a sua paixão pela música o que influenciou o seu filho, o Rei do Baião, a também entoar cânticos a ponto de se tornar um grande músico, compositor e cantor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Santana por ser uma mulher de fé, dar-se a entender, que poderia ter sido uma líder que influenciava de forma positiva as pessoas da sua época, e não se deixava levar pelas limitações e impedimentos do seu tempo. Batalhadora na busca pelo bem estar da sua família, ajudava o esposo na agricultura e no comércio, exercia trabalho braçal, na força da enxada, sempre se destacando como uma representante das mulheres do seu contexto de vida, o que lhe conferia um perfil imponente e ao mesmo tempo em que fazia rezas e cânticos, transformava-se em pacífica, apaziguadora, intercessora, uma coluna das famílias o que de certo lhe concedia a oportunidade de ser conselheira e idônea.

Assim, conclui-se que, embora tenha rompido limites, ultrapassado fronteiras, conquistando novos espaços de atuação e possibilitando o florescer de diferentes práticas, iniciativas e identidades, o caminho de mulheres como Ana Batista de Jesus para alcançar a equidade ainda é longo. O empoderamento que deve ser compreendido, em sua essência, agrupando direitos sociais, econômicos, culturais e políticos, ainda não está completamente materializado. Todavia, é certo que não haveria como falar de qualquer conquista para a melhoria da vida das mulheres, sem considerar a atuação delas na vida em sociedade.

REFERÊNCIAS

COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecília Maria. Gênero, poder e empoderamento das mulheres. In: COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecília Maria (Orgs.). **O feminismo no Brasil: reflexões teóricas e perspectivas**. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008.

GONZAGÃO ONLINE. **História de Luiz Gonzaga**. Disponível em: <http://gonzagao.com/historia-de-luiz-gonzaga/>. Acesso em: 22 mai. 2019.

TRIBUNA PARLAMENTAR. **Informativo da Assembleia Legislativa de Pernambuco**. Ano XII, n. 114, nov., 2012.

CAPÍTULO 11

LUTE COMO UMA GAROTA: Elizabeth Teixeira, nome de luta e resistência

*Jessica Kelly Sousa Ferreira*²²
*Saulo José Veloso de Andrade*²³

INTRODUÇÃO

Elizabeth Teixeira é a esposa de João Pedro e, com o passar dos tempos, começou a ter seu nome desvelado enquanto importante participante em tais lutas, não apenas após o assassinato do marido, mas, inclusive, durante toda a vivência de resistência no campo. Nomes como o de Elizabeth, femininos, são invisibilizados com o passar do tempo e seguem escondidos “nas costas” dos nomes masculinos, sejam eles maridos, pais, irmãos, etc. (ROCHA, 2016).

É necessário problematizar e refletir sobre a importância que essas mulheres, invisibilizadas, tiveram em determinados contextos sócio, históricos e políticos, mesmo quando a duvidosa falta de contribuição delas já está naturalizada. Partimos da percepção de que a luta das mulheres da terra, mesmo dentro de um contexto social patriarcal e machista, rompe com a invisibilidade, submissão e obediência e coloca as mulheres em situação de protagonismo.

A luta de Elizabeth Teixeira, no contexto do campo, não se restringia a uma luta de doméstica e mãe de família, lutando pela sua casa, marido, filhos e lar, mas se caracterizou ainda como uma luta por curiosidade, liberdade, visibilidade e pelo próprio reconhecimento do ser mulher. Freire (1996) conceitua essa dinâmica como curiosidade epistemológica, afirmando que esta é a situação em que se sai da ingenuidade para uma compreensão crítica da realidade em que se está inserida.

²²UFPB. Email: jessicaferreiraprofe@gmail.com

²³UFPB. Email: saulojosesjva@gmail.com

O autor ainda pontua que “a curiosidade é condição para a criatividade, ela é a indagação inquietadora que nos move no sentido de desvelar o mundo que não fizemos e acrescentar a ele algo que nós fazemos” (FREIRE, 1996, p. 35).

ELA, ELIZABETH...

O cenário de vida, dor e sofrimento que Elizabeth Teixeira enfrentou em sua trajetória, sendo mulher, mãe, esposa e ativista pelos direitos dos trabalhadores, foi marcado, sobretudo, pela garantia do acesso à terra.

Pensar na luta e resistência no Brasil, principalmente no campo das lutas camponesas torna-se fundante para conhecer as contribuições que Elizabeth Teixeira deu através de sua trajetória. Nascida e criada na região de Sapé, logo cedo ela enfrenta os familiares para casar com um homem pobre e negro, João Pedro Teixeira. Com ele teve filhos e dividiu a vida por longos anos até seu assassinato em 1962.

Dessa época, Elizabeth toma a frente da luta, fazendo jus às promessas que fizera ao seu marido. A luta herdada do marido tornou essa mulher do campo ainda mais forte e decidida. Em uma entrevista ela destaca que:

Até aquele momento eu ficava em casa, cuidando de tudo, das crianças, do roçado, arrancando batata, plantando inhame, apanhado feijão... quando o vi estraçalhado... a partir de hoje marcharei na tua luta; luta por terra, luta pelo homem do campo, luta pela mulher do campo que sofre como eu já sofri e que estou sofrendo agora. Tanto faz viver ou morrer. Eu estou disposta a enfrentar o que vier. Mas eu te juro, João Pedro, darei continuidade à luta (MENDES, 2011, p. 14).

Com esse sentimento de reafirmação da luta, Elizabeth doou-se aos movimentos com certa efervescência a partir do assassinato do marido. Ela assume a luta e os riscos de uma época, em que as coisas se resolviam com grande violência, sem mesmo atentar-se para o indivíduo (se homem ou mesmo mulher). Nesse contexto, muitos pagaram um preço alto, inclusive com a própria vida. Mesmo diante dos perigos, Elizabeth cumpriu a promessa feita em vida e reforçada diante do corpo ensanguentado de João Pedro Teixeira. “Eu marcharei na tua luta” (MUNIZ, 2010, p. 05). Essa que lhes trouxe uma gama de problemas, pois durante anos ela foi perseguida, presa e maltratada, tendo inclusive que mudar de nome para sobreviver.

Foi como forma de resistência que, durante anos, morando no interior do Rio Grande do Norte, ela usou o nome de Marta Maria da Costa. Tal ideia também teve um propósito, pois, de acordo com as tessituras de Muniz (2010, p. 03), Elizabeth teve “[...] uma vontade de ser mártir ou até mesmo de se tornar um monumento, palavra essa que nos lembra a ideia de ficar escrita para a posteridade”. Tal anseio tornou-se realidade pelo desencadeamento das ações, pois, falar de movimentos camponeses no contexto atual, é, sem dúvida, refletir sobre as contribuições que Elizabeth trouxe para esse importante movimento de luta e resistência social.

Elizabeth cunhou uma luta por um grupo, mas, sobretudo, pela sua própria existência. Isso é claramente percebido nos diferentes materiais que se avolumam sobre sua vida. Não se trata apenas de uma mulher, mas uma cidadã que ultrapassou o tempo e o espaço de uma época, em que os direitos das mulheres eram ainda bem incipientes. Nesse movimento de vai e vem, ficou bastante claro que:

[...] sua imensurável dor, de mulher e de mãe, incorporou a dor dos excluídos. Dessa forma sua luta continuou. Mais forte e solitária. Como dona de casa, as circunstâncias haviam – na transfigurado também em uma figura pública, como presidente da Liga de Sapé, em um simbolismo cristalino da transcendência da luta por sobre a morte e o medo (MUNIZ, 2010, p. 12).

Essa transferência de lugar de poder, transformou Elizabeth num verdadeiro monumento, e sua história em documento para contar e recontar a luta e resistência do movimento das Ligas Camponesas no contexto local e nacional. Trata-se de uma mulher que vivenciou com muita garra e determinação momentos de intensa luta, por melhorias no campo da coletividade, pois Elizabeth sempre batalhou por melhorias para todos.

Ainda viva, Elizabeth Teixeira é símbolo de resistência, principalmente para as pessoas que ainda vivem no campo, diante da situação social e política que o nosso país tem passado neste ano de 2019. No documentário “Cabra marcado pra morrer”, de Eduardo Coutinho (1984), Elizabeth afirma que:

(...) a luta que não pára. A mesma necessidade de 64 está plantada, ela não fugiu um milímetro, a mesma necessidade do operário, do homem do campo, a luta que não pode parar. Enquanto existir fome e salário de miséria o povo tem que lutar. Quem é que não luta? É preciso mudar o regime, enquanto tiver este regime, esta democracia, (...) democracia sem liberdade? Democracia com salário de miséria e de fome? Democracia com o filho do operário sem direito de estudar, sem ter condição de estudar? “Continua do mesmo jeito. Enquanto houver a fome e a miséria atingindo a classe trabalhadora, tem que haver luta dos camponeses, dos operários, das mulheres, dos estudantes e de todos aqueles que são oprimidos e explorados. Não pode parar”.

A referência toma como base um documentário lançado em 3 de dezembro de 1984 por Eduardo Coutinho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresenta uma aproximação, embora não aprofundada, da participação feminina em lutas sociais, a exemplo da luta campesina. A figura de Elizabeth Teixeira, desde sua infância em que se negava a seguir as ordens machistas do pai, até a decisão de ir embora de casa e casar-se com João Pedro Teixeira e, a partir disso, lutar pelas questões da terra, passa a ser um determinante na representação da mulher nas lutas do campo.

Elizabeth Teixeira é sinônimo de emancipação da mulher. Sua história produziu memória e serve de aparato para a luta de muitas outras mulheres que ainda vivem e enfrentam os desafios da vida e do trabalho no campo. As relações de ocupação de espaços diversos por figuras femininas e/ou masculinas tem sido gradativamente redesenhadas a partir da vivência de mulheres como Elizabeth.

Elizabeth Teixeira foi exemplo de luta e cidadania desde a infância. Lutou para estudar e trabalhar, buscando quebrar as barreiras de uma sociedade machista e determinista. Hoje, o enfoque de sua vida e luta é exemplo para muitas outras mulheres, não apenas do campo, mas de outros espaços que ainda sofrem com situações de submissão e limitação.

Ainda viva, Elizabeth participa de diversos movimentos de luta em prol da garantia dos direitos das minorias, sobretudo, dos campesinos. Sua luta lhe garantiu inúmeras homenagens e reconhecimento, além da publicação de inúmeros textos, documentos e vídeos.

As produções, em suma, remontam a história e a trajetória de Elizabeth Teixeira trazendo à tona fatos e curiosidades que marcaram a vida dessa paraibana que renegou a grosso modo a vida familiar em prol da luta pelos menos favorecidos.

Diante do exposto, percebe-se que a história dessa mulher fortalece a luta das mulheres na contemporaneidade, sendo a mesma um vulto que superou seu tempo e espaço.

REFERÊNCIAS

COUTINHO, Eduardo. **Cabra marcado pra morrer**. Documentário. 1984.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MENDES, Isabelle. **Elizabeth Teixeira – mulher, mãe e militante**. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/VER%20COM%20EXPRESS%C3%83O%20PUBLICOU%20ELIZABETH%20TEIXEIRA-finaliza%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2019.

MUNIZ, Roberto Silva. **A fabricação de uma história monumental para Elizabeth Teixeira**. Disponível em: https://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1270417532_ARQUIVO_AFABRICACAODEUMAHISTORIAMONUMENTALPARAELIZABETHTEIXEIRA.pdf. Acesso em: 13 jun. 2019.

ROCHA, Ayala A. **Elizabeth Teixeira – mulher da terra**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2016.

CAPÍTULO 12

LEMBRANÇAS DE MARGARIDA

*Edileuza Ricardo da Silva*²⁴
*Luana do Nascimento Almeida*²⁵

INTRODUÇÃO

No Estado da Paraíba, no ano de 1933, nascia no sítio Jacú, município de Alagoa Grande, Margarida Maria Alves, a menina era a filha caçula de dona Inácia Maria, fechando a família de nove filhos, Margarida trazia nos seus traços físicos e na sua pele negra, marcas de quem naquela época pouco valor tinha como ser humano.

Enquanto criança, ela sempre morou na zona rural e viu seus pais trabalharem na roça e na lavoura de cana de açúcar daquela região a qual era dominada pelos usineiros, ainda menina começou seus estudos e desde muito cedo, Margarida sentiu na pele a injustiça causada aos pobres, às mulheres, aos negros e trabalhadores, que moravam e trabalhavam naquelas terras. Seus pais eram trabalhadores rurais e em um determinado dia, quando Margarida ainda era uma criança foram expulsos da terra que trabalhavam sem ter direito nenhum pelas suas plantações, também não teve direito a nenhuma indenização pelos tempos de serviços prestados aos senhores donos da terra, (palavras de Maria Soledade, militante do MSTTR²⁶ em entrevista ao Documentário nos Caminhos de Margarida).

Margarida cresceu em um ambiente o qual o pobre trabalhador não tinha direitos, não tinha salários dignos, não tinha férias e não possuía nenhum direito trabalhista. Logo aquela menina virou mulher, casou-se e começou a incomodar os usineiros da “Área da Várzea”, localidade onde se concentrava a maior quantidade de engenhos de cana de açúcar.

²⁴UEPB. Email: edipedagoga.pb@bol.com.br

²⁵ESTÁCIO DE SÁ. Email: 86599021luana@gmail.com

²⁶Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

De acordo com o documentário “Nos Caminhos de Margarida”, patrocinado pela FETAG²⁷, CONTAG²⁸ e STTRs²⁹ (preparado e exibido para fortalecer a Marcha das Margaridas do ano de 2015) Margarida Maria Alves foi eleita a primeira mulher a presidir o sindicato rural dos trabalhadores do município de Alagoa Grande na Paraíba, no ano de 1973, e presidiu o mesmo por 10 anos, período em que foi brutalmente assassinada a mando do maior usineiro daquela região, o senhor Aguinaldo Veloso Borges e o seu genro Zito Buarque.

Enquanto líder sindical, Margarida lutava pelos direitos básicos dos trabalhadores como salário digno, férias e hora extra, mas a sua luta e as ações que a mesma movia na justiça contra os usineiros da Área da Várzea faziam com que o seu nome e a sua sede de justiça fosse mais longe. Durante os dez anos ocupando o cargo de presidente do sindicato rural, Margarida moveu na justiça mais de 100 ações em prol dos trabalhadores e desafiou a ira dos seus algozes.

MARGARIDA E A SUA LUTA

“Não é a consciência do homem que lhe determina o ser, mas, ao contrário, o seu ser social que lhe determina a consciência” (Karl Marx).

A partir de relatos assistidos nos vídeos que retratam a vida de Margarida, podemos identificar que a mesma foi uma mulher que se preocupou com a vida pessoal e profissional do seu semelhante, seus interesses não eram financeiros, não eram políticos e também não era a busca pelo poder, mas, o que de fato ela buscava era o bem comum, a justiça social e a consciência de que ajudou alguém pelo simples fato de fazer o bem. Ela via na sua luta a oportunidade de dias melhores para aqueles menos favorecidos, sua contribuição era tão somente fazer justiça em prol das pessoas que há muito tempo tinham sido esquecidas e maltratadas pelos patrões. A líder sindical buscava para seu semelhante igualdade de direitos, justiça pelo seu trabalho e garantia de uma vida justa.

Em análise aos documentários que relatam a vida e a luta da mártir camponesa, é possível compreender que sua prática como líder sindical desagradava muitos donos de terras

²⁷Federação dos Trabalhadores na Agricultura

²⁸Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

²⁹Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

da região, seus feitos desafiava o poder dos senhores locais e colocava sua vida na linha de frente. Ao confrontar os poderosos daquela localidade, Margarida botava sua luta e sua prática em primeiro plano esquecendo-se da sua vida pessoal, da sua família e dos seus amigos. O desejo de ajudar o seu semelhante necessitado era bem maior do que a preocupação pela sua própria existência, mesmo tendo sua vida ameaçada, ela se esquecia do perigo o qual corria.

Em análise as palavras da senhora Luzia Soares Ferreira (em conversas informais) ex companheira de luta de Margarida, sócia do STTR³⁰ e depoente no documentário “Nos Caminhos de Margarida” que retrata a trajetória de vida e luta da mesma, a líder sindical era uma mulher de pouco estudo, de pouco conhecimento jurídico e trabalhista, mas desafiava os grandes senhores e lutava pelos direitos dos pobres em plena ditadura militar, chegando até a enviar cartas para o então presidente da república João Figueiredo denunciando o trabalho escravo e os abusos cometidos pelos usineiros da região em que ela morava, esse fato contribuiu ainda mais para a desavença ocorrida entre os usineiros e a líder do sindicato rural, aumentando ainda mais a ira dos grandes proprietários de terras.

Com base no Programa Jornalístico da Rede Globo de Televisão “Linha Direta” (exibido em 05 de agosto de 1999) Margarida foi assassinada no início da noite do dia 12 de agosto de 1983, seu algoz chegou a sua casa e certificando-se que se tratava da pessoa a qual tinha sua vida encomendada, tirou-lhe a vida com um tiro de espingarda calibre 12. Margarida perdeu sua vida instantaneamente, teve sua orelha direita decepada e parte do seu cérebro esbarrou na parede, deixando-a completamente desfalecida e sem oportunidade de defesa. Seu assassinato foi comentado e lamentado por todo o país, especialmente pelos municípios vizinhos.

De acordo com a entrevista de Antonio Barbosa, Advogado da Comissão Pastoral da Terra (cedida ao Programa Linha Direta da Rede Globo de Televisão no ano de 1999) o assassinato da líder sindical foi algo premeditado e encomendado pelo mais poderoso dono de engenho daquela região, simplesmente pelo fato de por várias vezes ter sido desafiado e acionado na justiça pela assassinada a fim de que os direitos dos trabalhadores fossem cumpridos.

O senhor Agnaldo Veloso Borges e o seu genro o senhor José Buarque Gusmão Neto, popularmente conhecido como Zito Buarque, que era o encarregado de administrar a Usina Tanques, foram responsabilizados por serem os mandantes do assassinato da morte de

³⁰Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Município de Alagoa Grande na Paraíba

Margarida e também cabe aos dois acusados a denúncia do assassinato de um dos pistoleiros que ceifaram a vida da líder camponesa.

Ainda considerando a entrevista cedida ao Programa Linha Direta, o biógrafo de Margarida, o senhor Sebastião Barbosa relata que a morte da líder sindical foi tão bem premeditada que momentos depois do crime a cidade inteira ficou sem luz elétrica, dificultando assim o reconhecimento e a prisão dos assassinos. A polícia foi chamada, mas nada pôde fazer diante da agilidade e precisão do crime. A morte foi comentada por todo município e região, bem como por todo o país ao ponto de reunir milhares de pessoas no seu velório e enterro. O sepultamento de Margarida foi acompanhado por pessoas influentes no meio das lutas camponesas, como também pela imprensa que buscava noticiar os fatos para toda a população.

A MARGARIDA QUE FLORESCEU

Diante desse contexto é importante ressaltar as palavras de Dom Marcelo Pinto Cavalheira, vice-presidente da CNBB³¹ e arcebispo do estado da Paraíba (ao Programa Linha Direta) que após a morte de Margarida, a região da Várzea sentiu a tristeza e a dor da perda de uma grande líder, que buscava a melhoria de vida para os mais pobres e necessitados, bem como os direitos trabalhistas para todos. Mas, ao contrário do que pensavam os mandantes do assassinato de Margarida, a sua luta não parou, suas companheiras e companheiros deram continuidade a sua luta de maneira mais branda do que Margarida, mas o seu trabalho continuou.

Margarida tinha suas companheiras que lutavam ao seu lado e após seu falecimento as mobilizações pela continuação da sua luta tomaram novos caminhos, a exemplo de movimentos e organizações não governamentais. A morte de Margarida não calou suas companheiras, pelo contrário, seus feitos foram intensificados foi daí que surgiu o IPEMA que é o Instituto Penha e Margarida e está localizado no município de Alagoa Grande.

De acordo com as palavras de Maria da Soledade, amiga da falecida e militante do MSTTR na entrevista ao documentário nos “Caminhos de Margarida” a luta não podia parar, o sangue que foi derramado não poderia ser em vão; algo deveria ser feito para que o nome da

³¹Conferência Nacional dos Bispos no Brasil

líder sindicalista não fosse esquecido, e então o IPEMA tem o intuito de orientar e lutar em busca de melhorias para as pessoas que residem em assentamentos no município e região.

No ano de 2000 manifestou-se um movimento grandioso chamado Marcha das Margaridas que em seu primeiro encontro reuniu cerca de 20 mil pessoas de todo o Brasil. A Marcha das Margaridas, é um movimento que acontece a cada quatro anos em Brasília e conta com a participação de agricultores, indígenas, quilombolas, pescadores e simpatizantes das causas trabalhistas. Esse movimento relembra o assassinato e a luta da líder sindical paraibana, bem como enfatiza as lutas e necessidades dos trabalhadores rurais e do homem do campo. A marcha acontece sempre no dia do aniversário de morte de Margarida e reúne milhares de manifestantes. O movimento é marcado pelas camisetas lilás e pelos chapéus de palha decorados com margaridas usados pelas manifestantes. A marcha se repetiu nos anos de 2003, 2007, 2011 e 2015.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No referido trabalho procuramos mostrar a trajetória de vida e luta da sindicalista Margarida Maria Alves, a sua contribuição e a conscientização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, referenciando seus direitos e também contribuindo para as representações femininas, pois Margarida serviu de exemplo para outras mulheres lutarem em busca de direitos e conquistas na sociedade. O sangue derramado da líder sindical serviu de incentivo para outras pessoas lutarem por melhores condições de trabalho e também por justiça para os menos favorecidos, haja vista que essa foi a mensagem de Margarida, que o pobre busque dia melhores, que lute pelos seus direitos, que morra na luta se preciso for, mas que não morra de fome.

Margarida foi uma mulher que colocou o desejo de ajudar o próximo em primeiro plano na sua vida e nos deixou exemplo de coragem, de luta e de amor ao próximo. Esse trabalho, não encerra a discussão referente aos feitos da líder sindical, haja vista que a cada dia surgem novos escritos a respeito da mesma, mas, serve para aguçar nossa curiosidade e desejo de se aprofundar a respeito dessa temática, bem como desperta o interesse de ser militante em prol da luta camponesa e trabalhista nos dias atuais, contribuindo assim para uma melhor qualidade de vida para os menos favorecidos.

REFERÊNCIAS

YOUTUBE. **Documentário nos Caminhos de Margarida.** TV CONTAG. 23 de março de 2017. 29min29s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sjxruyZt-eM>. Acesso em: 1 mai. 2019.

YOUTUBE. **Linha Direta Caso Margarida Maria Alves Parte 1 Alagoa Grande PB.** Linha de Frente. 04 de abril de 2015. 9min43s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rqctBrOoKcQ>. Acesso em: 1 mai. 2019.

YOUTUBE. **Linha Direta Caso Margarida Maria Alves Parte 2 Alagoa Grande PB.** Linha de Frente. 04 de abril de 2015. 9min33s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qBl3o20Eik>. Acesso em: 1 mai. 2019.

YOUTUBE. **Linha Direta Caso Margarida Maria Alves Parte 3 Alagoa Grande PB.** Linha de Frente. 04 de abril de 2015. 7min08s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=s1hs26yqUc0>. Acesso em: 1 mai. 2019.

YOUTUBE. **Margarida Maria Alves Documentário Assorac. Pedro Assorac. Oliveira.** 30 de abril 2013. 39min14s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EPwPQ8ll7oA>. Acesso em: 1 mai. 2019.

CAPÍTULO 13

MARIELLE FRANCO

*Alice Maria Santos Ramos*³²
*Rayssa Maria Anselmo de Brito*³³

INTRODUÇÃO

Nascida em 27 de julho de 1979, no Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, Marielle Francisco da Silva, também conhecida como Marielle Franco, traz consigo demarcadores identitários que sempre nortearam não só a construção de sua identidade enquanto socióloga, como também consolidava ainda mais sua militância política e social. Dentre eles destacamos o fato desta se afirmar enquanto: mulher, negra, mãe, da favela, lésbica. Aspectos estes que se destacaram em muitas de suas agendas na Câmara e nos discursos e representações políticas.

Formada em Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica (PUC–RIO) em 2007, especialista em Responsabilidade Social e Terceiro Setor pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2011, fez mestrado em Administração pela Universidade Federal Fluminense pesquisando sobre a relação do processo de pacificação das favelas, correlacionando as questões relacionadas à segurança e violência, às políticas públicas e ao Estado Penal com a dissertação intitulada “UPP³⁴: a redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro”, tendo concluído em 2014.

Marielle trabalhou voluntariamente em institutos e fundações e foi também assessora parlamentar do Marcelo Freixo. Marielle foi eleita em 2016, com um total de 46.052 votos, tendo sido a 5ª vereadora mais votada do Rio de Janeiro, onde presidiu a Comissão da Mulher.

³²UFPB. Email: alice_mariajp@hotmail.com

³³UFPB. Email: rayssamtbrito@gmail.com

³⁴Em referência a Unidade Pacificadora, nome dado às comunidades que passam por intervenção policial.

Mãe aos 19 anos, Marielle também sentiu na pele as dificuldades de ser mãe e trabalhadora, daí uma de suas pautas para as políticas públicas ser voltada ao apoio às mulheres/mães trabalhadoras.

Inspiradas, pois, na história de resistência e subversão que demarca a biografia dessa mulher, apresentamos neste breve texto alguns destaques sobre a militância da parlamentar, sua morte e os significados presentes quando falamos da Marielle nos dias atuais.

PELO QUE LUTAVA MARIELLE FRANCO?

Quantos mais vão precisar morrer para que essa guerra aos pobres acabe? (Marielle Franco).

“Cria da Maré” como se autointitulava, Marielle Franco tinha uma história de vida e de luta pautada contra toda forma de opressão, violência, injustiças e desigualdades, o que refletiu notadamente em sua atuação política, visto que seus projetos de lei eram pautados na busca da equidade e igualdade social, conforme posto no tópico anterior, e sempre deixou evidente que as discriminações raciais são a origem das desigualdades no Brasil.

Marielle Franco era a voz da periferia e a sua atuação na luta pelos direitos humanos estava intrinsecamente ligada à ruptura política, social e estrutural patriarcalista, capitalista e machista que se impunha no Brasil durante anos, levando aos espaços públicos a voz de quem não era ouvido nos espaços de poder. Nesse sentido, Gasman e Biroli (2018, s/p), revelam:

Marielle, mulher negra lésbica com origem na favela, era a voz de quem não ouvido nos espaços de poder. Como mulher negra e feminista, era um corpo incômodo, que expunha o caráter sexista, racista e lesbofóbico de práticas e instituições. Denunciando os assassinatos de jovens da periferia, ela reforçava no debate público as vozes de suas mães, de suas irmãs, fundadas na dor da perda, para driblar a desumanização. Denunciava que o Estado de Direito se assenta sobre “vidas matáveis” e práticas de extermínio.

Nos espaços públicos e políticos, Marielle Franco combatia severamente a atuação da polícia nas favelas, as ações das milícias e a intervenção militar no Rio de Janeiro. Segundo Sandra Capomaccio (2019, s/p), “O combate às milícias tirou a vida de Marielle Franco”, visto que suas denúncias contras essas organizações criminosas que agiam nas comunidades a levaram a sua sentença de morte.

PROJETOS DE LEI PROPOSTOS E DEFENDIDOS POR MARIELLE

Apesar do pouco tempo na Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro, Marielle nos chama a atenção para o quantitativo de projetos aprovados, frutos de intenso trabalho no sentido de promover políticas públicas para aqueles que mais necessitavam.

Dentre os projetos de lei aprovados, destacamos o projeto de nº 0265/2017 intitulado Lei das Casas de Parto, que reconhecia o trabalho realizado nesses locais, bem como previa a criação de mais Casas de Parto nas zonas de menor Índice de Desenvolvimento Humano do município.

Entre os projetos de lei propostos, destacamos o projeto de nº 0017/2017 intitulado Espaço Coruja / Espaço Infantil Noturno, com foco nas famílias que necessitam de um período maior de assistência nas instituições de educação infantil, no período noturno, possibilitando-as dedicação ao trabalho e aos estudos nesse horário. O referido projeto foi aprovado em 02 de maio de 2018, ou seja, após a morte de Marielle.

MORTE DE MARIELLE FRANCO: FEMINICÍDIO POLÍTICO

A morte de Marielle Franco não foi um acaso e seus assassinos sabiam exatamente o que estavam fazendo, visto que como representante dos mais vulneráveis e marginalizados socialmente, Marielle era uma grandiosa ameaça aos poderes aliados às grandes organizações criminosas e máfias cariocas.

Como bem preceitua Renata Souza (2019, s/p):

A conceituação de feminicídio político parte da observação inquietante da nossa sociedade e o contexto sobre o qual ocorre a execução sumária de uma mulher com carreira ascendente na política. foi eleita por 46.502 pessoas que compreenderam que toda a sua luta contra as desigualdades sociais, em especial as de gênero, raça e classe, é necessária para que a humanidade não se desumanize. Um recado também assimilado pelo mundo, que conheceu sua vida diante de sua morte. A tentativa de interromper a sua escalada política, ainda que não houvesse ameaças concretas, se justifica porque Marielle representou e ainda representa uma ameaça aos podres poderes aliados às máfias no Rio de Janeiro.

Durante toda a sua trajetória, Marielle trouxe à tona as questões sociais das comunidades, dando voz e visibilidade aos que estavam à margem da sociedade, tais como os negros, os homossexuais e as mulheres. Levar tais questões e interesses ao Parlamento custou-

lhe a vida e, mais uma vez, a história se repetiu: a casa grande se sentiu ofuscada pela senzala, que tão bem representada por Marielle teve a sua voz calada.

Após a morte de Marielle, tentaram a todo custo silenciar sua luta e macular o luto denegrindo sua imagem e sua história, através de mentiras propagadas em redes sociais e reforçada pelo meio midiático, que mostravam grande interesse em elucidar o crime. Acreditamos que a maior mentira propagada desde sua morte é a de que o crime seria brevemente solucionado, o que não ocorreu, mesmo após um ano da sua morte.

Na verdade, às vésperas de completar um ano do assassinato da vereadora, a polícia civil do Rio de Janeiro prendeu dois acusados, Ronnie Lessa (policial militar reformado) e Élcio Queiroz (ex-policial militar), em que o primeiro teria disparado os tiros e o segundo seria o motorista. Segundo o GAECO – Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado, o crime foi meticulosamente planejado (WELLE, 2019).

Ressalte-se que o processo ainda está em trâmite e que mesmo com a prisão dos dois suspeitos, há uma questão precípua que ainda não foi respondida: “Quem mandou matar Marielle?”. O caso Marielle é uma ferida aberta que sangra todos os dias e que fragilizou a democracia.

O que seus algozes não sabiam é que Marielle se tornaria um símbolo mundial de resistência e que a dor de sua morte desencadearia homenagens em todas as partes do mundo. Fomos da luta ao luto e Marielle se tornou presente em todos os cantos deste país como sinônimo de luta, de resistência e subversão a toda forma de opressão, injustiça, violência e desigualdade. Marielle se faz presente!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De um modo geral, observamos que Marielle, em vida e morte, representa no cenário político brasileiro uma forte figura de resistência e de visibilidade às causas pelas quais lutava. Vemos a subversão presente na biografia dessa socióloga à medida que a vemos questionar o sistema posto, tanto no tocante as políticas quanto em relação aos agentes reguladores e atores sociais.

Observamos que a luta de Marielle é também a luta de muitos brasileiros e que, embora já tenha passado mais de um ano da sua morte, Marielle é sempre lembrada como aquela mulher/mãe/negra/lésbica e cria da favela (como ela gostava de se apresentar), sempre lutando por um país justo e que promovesse a igualdade de direitos.

REFERÊNCIAS

CAPOMACCIO, Sandra. O combate às milícias tirou a vida de Marielle Franco. **Jornal da USP**. [S.l], 14 mar. 19. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/o-combate-as-milicias-tirou-a-vida-de-marielle-franco/>. Acesso em: 10 jul. 2019.

DEISTER, Jaqueline. Cinco Projetos de Lei de Marielle Franco são aprovados pela Câmara Municipal do Rio. **Brasil de Fato**. Rio de Janeiro (RJ). Em: 2 de maio de 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/05/02/cinco-projetos-de-lei-de-marielle-franco-sao-aprovados-pela-camara-municipal-do-rio/>. Acesso em: 10 mai. 2019.

FRANCO, Marielle. **Página Inicial**. Disponível em: <https://www.mariellefranco.com.br/>. Acesso em: 10 mai. 2019.

FRANCO, Marielle. **UPP - A redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro**. São Paulo: Editora N-1, 2018.

GASMAN, Nadine. BIROLI, Flávia. **Democracia, legado e violência contra as mulheres na política**. [S.l], 16 abr.18. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/artigo-marielle-franco-democracia-legado-e-violencia-contra-as-mulheres-na-politica/>. Acesso em: 10 jul. 2019.

MEDEIROS, Juliano. **Impunidade no caso de Marielle e Anderson é uma ferida aberta**. [S. l], 14 mar. 19. Disponível em: cartacapital.com.br/opinião/a-espera-da-verdade-sobre-a-morte-de-Marielle-franco. Acesso em: 12 mai. 2019.

O GLOBO. **O caso Marielle Franco em imagens**. 12/03/2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/o-caso-marielle-franco-em-imagens-23513291>. Acesso em: 10 jul. 2019.

SEMEAR A LUTA. **Florescer por Marielle Franco**. Disponível em: <https://www.florescerpormarielle.com.br>. Acesso em: 12 mai. 2019.

SOUZA, Renata. **O feminicídio político de Marielle Franco**. [S.l], 17 mar. 19. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/14/politica/1552562116_307529.html. Acesso em: 10 jul. 2019.

WELLE, Deubche. **Assassinos planejaram o crime durante 3 meses**. [S.l], 12 mar. 19. Disponível em: cartacapital.com.br/politica/pms-sao-presos-suspeitos-da-morte-de-marielle-franco. Acesso em: 12 mai. 2019.

"Assim, como não há homem sem mundo, nem mundo sem homem, não pode haver reflexão e ação fora da relação homem – realidade. Esta relação homem – realidade, homem – mundo, ao contrário do contato animal com o mundo, como já afirmamos, implica a transformação do mundo, cujo produto, por sua vez, condiciona ambas, ação e reflexão."

Paulo Freire



ISBN 978-85-9559-194-3



9 788595 591943